

Getúlio Vargas:

Cem anos do nascimento
do "pai" dos pobres
e mãe dos ricos

Pág. 16

As ações e os planos do imperialismo norte americano para tentar sufocar a revolução sandinista. Toda solidariedade à Nicarágua Livre!

YANKEES PREPARAM



INVASÃO

Pág. 13

PT: Diretório Nacional faz balanço da situação do partido

Pág. 7 e 8

Ainda ressoa o grito de guerra dos desempregados

A história dos movimentos populares no Brasil nos últimos anos está pontilhada de exemplos de ação espontânea e direta, passando por cima de canais organizados e lideranças constituídas. A ação dos desempregados de Santo Amaro cumpriu o papel de notável instrumento de pressão sobre as classes dominantes.

Por Juarez Guimarães

O bom burguês pune o ladrão com o rigor de quem ousou investir contra o sagrado direito da propriedade e lhe aponta o caminho para se regenerar: o trabalho dignifica o homem. Mas se o trabalhador é despedido, procura emprego e não encontra, vê os seus sem o que comer e saqueia, o que lhe dá mais para aguentar? Que respeite as leis e as instituições quando a sociedade lhe nega o direito vital, mínimo, a sobreviver? Que morra, enfim, mas morra de alma limpa de pecados contra a ordem, as leis?

Todo o discurso burguês, da moral, da ordem se fundamenta no fato de que no capitalismo o trabalhador é livre para vender a sua

força de trabalho e receber em troca o salário para sobreviver. Quando o desemprego em massa toma conta, o que dizer?

Isso não impediu que os mais diversos porta-vozes da burguesia, do general ao político liberal, investissem contra a justa e legítima rebelião dos desempregados com ódio, desprezo e má vontade.

"Há de tudo nestas manifestações, menos inteligência", afirmou com irreverência o colaborador permanente da *Folha de São Paulo* e liberal Mauro Santayana, como se tratasse de um movimento de animais. "Os distúrbios ocorridos em São Paulo foram dirigidos e comandados com o objetivo de desestabilizar a ordem política brasileira do mo-



mento, não somente daquele Estado", afirmou, por sua vez, Tancredo Neves repetindo o velho tema dos inocentes úteis, das ovelhas conduzidas para o mau caminho por maus pastores. Um empresário, dono de um supermercado, julgou ver na cena de um menino que, em meio ao saque, se apoderou de um iogurte, um excesso reprovável. O presidente da Fiesp dividiu os manifestantes em três categorias: os agitadores profissionais, os trombadinhas e os bandidos fichados. Do Planalto, do alto de seu cinismo, o ministro Delfim Neto comentou poeticamente que "sem nuvens, o céu não tem encanto", enquanto o povo nas ruas pedia a sua cabeça.

Desespero, ódio e razão

Há desespero e ódio nos saques, lentamente acumulados nas longas filas de desempregados em busca do que não há, nas dispensas sumárias feitas para rodar a mão-de-obra e reduzir o salário, na experiência diária da miséria absoluta. Mas há também razão, a racionalidade inquestionável de quem lança mão do recurso extremo se ele é necessário para sobreviver.

Do ponto de vista do trabalhador que arrisca a sua vida como pingente diariamente nos trens de subúrbio, além dos atrasos permanentes, é perfeitamente lógico, racional quebrar uma composição pois sabe que esta é a única maneira de pressão que pode fazer com que as autoridades façam alguma coisa, coloquem outros vagões.

Do ponto de vista do trabalhador desempregado que não vê alternativa à sua frente, que não tem o que comer nem canal para protestar, é perfeitamente lógico invadir um supermercado e tirar de lá o que precisa. A investida dos desempregados de Santo Amaro teve ainda o mérito de colocar a questão do desemprego na ordem do dia, seu gesto desesperado percorreu o Brasil de ponta a ponta, repercutiu até na imprensa internacional. O *Washington Post*, por exemplo, entendeu a revolta dos desempregados como "resposta imediata às pressões financeiras enfrentadas pelo Brasil, um dos países mais penalizados pela carga de juros".

Que o burguês veja nos saques a explosão da besta, irracionalidade, não é mais do que a expressão de um ponto-de-vista de classe.

Ação direta

A história dos movimentos populares no Brasil nos últimos anos está pontilhada de exemplos de ação espontânea e direta, passando por cima de canais organizados e lideranças constituídas. Os quebras-quebras de trens nos subúrbios, por exemplo, aconteceram durante toda a década de 70 mesmo nos momentos em que as lideranças do movimento operário e a esquerda em geral estavam completamente desarticuladas pela repressão. As greves de 78 e 79 foram marcadas por um alto grau de espontaneidade e

explosividade, o caso maior sendo a revolta dos peões da construção civil em Belo Horizonte. Em 1981, foi notícia o quebra-quebra de ônibus em Salvador contra o aumento dos preços das passagens. Neste ano também eclodiu o movimento de ocupação de terrenos em São Paulo, desencadeando forte repressão.

A região de Santo Amaro, no período recente, tem sido palco de ações espontâneas importantes. Após repetidas reivindicações para a instalação de sinalização, os moradores do Bairro Grajaú viram mais uma criança morrer na estrada do Bororé. Indignadas, mulheres tomaram conta da estrada, deitando no chão e impedindo o tráfego, obtendo o que reivindicavam. Há alguns dias atrás, por sinal no primeiro dia do governo Montoro, moradores da região depredaram 27 ônibus da viação Bola Branca que praticava boicote como meio de pressionar para obter aumento no preço das passagens. "Eh! Eh! Queremos CMTC", gritavam os moradores durante o quebra-quebra, indicando que a reivindicação era da estatização da empresa.

Expontaneidade e organização

A espontaneidade nas lutas populares é um traço importante na formação de um movimento operário que tem um baixíssimo índice de sindicalização e sofre um violento grau de exploração. É um componente básico na luta de uma classe trabalhadora que tem parte expressiva de seu contingente sub-empregada, com local de moradia instável. E que tem sindicatos imobilistas e pelegos como órgãos de representação.

Em um contexto como esse, a luta de classes não é apenas expressão do movimento das parcelas organizadas que têm uma referência de direção constituída. Ela incorpora massas mais amplas, transborda os canais organizados, libera energias, reclama passos mais ousados. E, principalmente, tem uma enorme capacidade de se generalizar, de se alastrar. A exemplo das greves de 79, o movimento dos saques em pouco tempo se alastrou para 42 locais da capital paulista, para Fortaleza e Rio de Janeiro.

A ação dos desempregados de Santo Amaro cumpriu, na prática, o papel de notável instrumento de pressão sobre ditadura, sobre a burguesia, sobre os governos das oposições burguesas. E bateu fundo no movimento sindical, reclamando a organização de uma pressão mais forte, contínua e nacional sobre a política econômica do governo. Ao mesmo tempo, mostrou a necessidade inadiável do movimento sindical partir para formas de organização de base, organizando comitês de desempregados, combinando as suas organizações com a dos movimentos populares.

PT denuncia caça às bruxas

Comprometido desde as suas origens com os interesses dos trabalhadores, o PT manifesta hoje, mais uma vez, seu integral apoio às lutas travadas contra o desemprego, com ampla ressonância pelo país. A mobilização e organização dos desempregados é legítima e justa, pois são eles as vítimas primeiras da criminosa política econômica aplicada pelo governo federal, que leva os trabalhadores à miséria. O maior culpado dos recentes acontecimentos em São Paulo é o regime autoritário com uma política recessiva que mais uma vez joga sobre os trabalhadores o maior peso da crise. Em São Paulo, segundo o DIEESE, chegamos ao calamitoso número de 774 mil desempregados, que se somam a uma população subempregada de cerca de 1 milhão e meio de pessoas.

O Governo do Estado de São Paulo não pode ser considerado responsável pelo desemprego, mas denunciaremos seu comportamento incompetente e desastroso diante desses acontecimentos. O governador Franco Montoro assumiu prioritariamente, na campanha eleitoral, as bandeiras da participação popular e da criação de empregos. Agora, porém, recusou-se ao diálogo com os trabalhadores reunidos em Santo Amaro, preferindo mandar a polícia para reprimi-los, o que aconteceu com extrema violência, assim aumentando o clima de desespero que tomava conta dos manifestantes. Depois, protelou intoleravelmente as conversações quando os trabalhadores se dirigiam ao palácio, contribuindo para agravar uma situação que terminaria degenerando em mais violência.

O PT entende que as depredações só servem para prejudicar os nossos esforços de mobilização e organização dos trabalhadores. Observa, contudo, que a caça às bruxas, que se estimula hoje no Palácio dos Bandeirantes, cumpre o objetivo de desviar a atenção da opinião pública do gravíssimo problema social que está na origem dos acontecimentos. Do mesmo modo, vem servindo para justificar, da parte do Governo estadual, medidas que

caracterizam um retrocesso político incompatível com as promessas da campanha eleitoral, como o ato do secretário da segurança impedindo reuniões de trabalhadores ao ar livre.

Questão de Polícia

Da mesma maneira, o PT condena os pronunciamentos que visam incriminar o movimento popular, repelindo em particular as referências do secretário de segurança à comissão pró-CUT, expressão legítima do movimento sindical. Tudo isso indica que nesta oportunidade, o governo Montoro recuou lamentavelmente de seus compromissos diante dos graves problemas que afetam o povo, omitindo-se ante o dever de esclarecer a opinião pública sobre as responsabilidades do governo federal.

O PT rechaça as insinuações de que o partido teria responsabilidade pelos excessos havidos, e repudia as acusações que procuram apenas encobrir a incompetência governamental em lidar com o movimento popular, bem como a irresponsabilidade dos que pretendiam manipulá-lo. Lembramos, a propósito, que historicamente quem sempre se utiliza de provocações que nada contribuem para a luta dos trabalhadores são os setores mais reacionários da sociedade.

Tendo se recusado ao diálogo com o povo, o governo estadual tratou uma questão social como questão de polícia. O PT entende que a democracia não poderá ser alcançada com atitudes como essas. Uma verdadeira democracia no Brasil só existirá na medida em que seja reconhecido o direito de livre organização dos trabalhadores, e assegurada sua plena participação na defesa de seus interesses.

O PT reafirma a legitimidade da luta contra o desemprego e a disposição de continuar a luta na organização do povo por um novo modelo econômico no Brasil. O PT tem sugerido e entende que medidas concretas e urgentes precisam ser tomadas sem o que esses fatos continuarão a se repetir em São Paulo e em todo o país.

São Paulo, 08 de abril de 1983
EXECUTIVA NACIONAL

Lições duradouras

O governo Montoro comanda temporada de caça a sindicalistas e à esquerda.

Na terça-feira, dia 5 de abril, um dia após o início dos saques, os programas de maior audiência das principais rádios de São Paulo amanheceram comentando os acontecimentos do Largo 13 de Maio e apelando para o povo revoltado confiar nas soluções que viriam das mãos do governador Montoro. Na televisão, ainda pela manhã, o governador no programa TV Mulher repetia o recado.

Jogava-se os cinco milhões de votos de Montoro contra a revolta dos desempregados. Dali a algumas horas, no encontro tenso entre a comissão de desempregados e Montoro no Palácio dos Bandeirantes, após a derrubada do gradil, haveria o choque entre as promessas do PMDB e a revolta dos desempregados. Em um curto espaço de tempo, os acontecimentos passaram por cima dos cinco



milhões de votos de Montoro.

"Tudo isto é um fato estranho porque as esperanças manifestadas nas ruas a 15 de novembro não estão de acordo com o desespero coletivo que está nas ruas", comentaria atônito o secretário da Justiça de Montoro, José Carlos Dias. E a partir daí,

o discurso da ordem tomaria conta, ganhava destaque a figura do secretário de Segurança, Manoel Pedro Pimentel.

A repressão toma as ruas

Já na terça-feira, com a cidade tomada pela polícia, a repressão batia indiscriminadamente e prendia em massa. Jornalistas, deputados, transeuntes não escapavam à violência. E à noite, já acusando a direita e a esquerda, Montoro garantia que a ordem seria mantida a qualquer custo.

Curiosamente, não se tomou conhecimento de qualquer ação do governo Montoro contra a direita ou qualquer agente provocador. Golpes a esquerda passaram, no entanto, a ser desferidos sem parcimônia nos dias seguintes.

A comissão estadual pró-CUT teve negado o pedido da cessão de um local amplo, em recinto fechado, para promover uma assembléia de desempregados ao mesmo tempo em que o secretário de Segurança de Montoro, Manoel Pedro Pimentel, vinha a público acusar a comissão pró-CUT de "responsável pelos recentes distúrbios, saques e depredações".

Lições duradouras

Enquanto o discurso do governo Montoro se aproximava a ponto de se confundir com as falas de Brasília, uma ponte de colaboração se abria entre a secretaria de Segurança Pública de São Paulo e a Polícia Federal, comandada por Romeu Tuma. Os estudantes Henrique Soares e Silvano Fernando, respectivamente presidente e vice-presidente da União Paulista de Estudantes Secundaristas foram mantidos presos por vários dias por distribuírem boletins conclamando à greve geral. Ao mesmo tempo, o deputado peemedebista Aurélio Perez afirmava à imprensa que o descontrole dos distúrbios era de responsabilidade de forças da direita e da "ala trotsquista do PT" (replicando, declarações infelizes e despropositadas da deputada petista Irma Passoni, ver cobertura do encontro sindical do PT paulista).

Dirigentes do sindicato dos Químicos foram chamados a depor enquanto a Kombi do sindicato era ameaçada de ser confiscada. Em Osasco, 300 policiais cercaram a prefeitura para evitar uma manifestação de desempregados, antes autorizada pelo prefeito, enquanto quatro membros do Comitê de Desempregados de Osasco eram presos por distribuírem convocação assinada por trinta entidades.

Passados os dias de maior agitação, o governo Montoro fazia o balanço da crise e anunciava a ampliação do Departamento de Informações e Segurança (DIS), órgão cuja função é montar uma rede de agentes infiltrados em movimentos, sindicatos e empresas. A função foi delegada a um formado na Escola Nacional de Informações.

O movimento dos desempregados de Santo Agnato, em poucos dias, trouxe lições duradouras para os trabalhadores.

Demagogia é isto aí

Em seu programa de governo anunciado durante a campanha eleitoral, o governo Montoro anunciava a meta da criação de 400 mil novos empregos. No auge da revolta dos desempregados, o governo acenou com a criação a curto prazo de quarenta mil novos empregos. Ao mesmo tempo, anunciava a distribuição em massa de cestas de alimentos pela Polícia Militar. Não anunciou, entretanto, como e onde estes empregos seriam criados; qual o impacto e o número preciso de cestas a serem distribuídas.

Em Brasília, Figueiredo anunciou a liberação de 250 bilhões para financiamento de projetos nas áreas de Educação, Saúde, Previdência Social e Agricultura.

Se o movimento dos desempregados continuasse por mais alguns dias, é provável que Montoro ao invés de quarenta anunciasse oitenta mil novos empregos e Figueiredo, ao invés de 250, liberasse 500 bilhões. Mas isto alteraria praticamente nada na situação dos trabalhadores.

Enquanto tudo isso acontecia, o governo entrava com o decreto-lei 2012, que reduz os salários, para aprovação ao mesmo tempo em que traçava uma aliança com o PTB para garantir maioria na votação. E a inflação em março atingia a casa dos 10,1%, o acumulado de 27,9% no último trimestre, colocando o Brasil na incômoda posição de terceiro lugar entre os países de maior inflação do planeta. E o que é mais grave, com os preços dos alimentos puxando a carreira da inflação.

O caminho contra o desemprego

O caminho na luta contra o desemprego é o oposto do indicado pelo dirigente sindical Hugo Perez ao afirmar que "o empresário não é mais o principal inimigo neste momento. Ele também está sofrendo as consequências dos erros da política econômica". É rigorosamente

impossível combater o desemprego sem mexer nos lucros dos patrões.

Os salários, por exemplo. Por causa do arrocho, para o ano de 1979 de acordo com dados divulgados pelo IBGE, existiam 1 milhão e 145 mil crianças de 10 a 14 anos, ocupando empregos que deveriam ser de adultos. Na outra ponta, eram 691 mil pessoas com mais de 60 anos ocupando empregos que seriam de trabalhadores mais jovens, se fosse outra a situação do sistema de aposentadoria. No total, seriam mais 1 milhão e 800 mil empregos se crianças e velhos não tivessem que trabalhar para garantir a sua sobrevivência.

Outro exemplo, a jornada de trabalho. Ainda de acordo com o IBGE, examinando os que trabalham na condição de empregados, 92,5% trabalham mais que 40 horas semanais em 1979. Mantendo o nível de produção de 1979 e reduzindo a jornada de trabalho para 40 horas semanais seriam gerados nada menos do que 3 milhões e 500 mil novos empregos.

Mais. Quantos novos empregos, possibilidades de trabalho seriam geradas se fosse feita uma ampla reforma agrária no campo. Só um exemplo: de acordo com o mesmo IBGE, em 1979, 1 milhão e 600 mil pessoas trabalham mais que 40 horas por semana mas sem remuneração! Isto é, são empregados sem emprego. Em geral, são membros das famílias de trabalhadores rurais que, embora trabalhem, não recebem nada por seu serviço.

Há ainda o problema do seguro-desemprego. De acordo com estudos feitos pelo economista Dércio Garcia de Munhoz, através de uma taxa média de 20% nas atuais rendas não tributadas (isenção que beneficia muito marginalmente os assalariados), teria-se uma receita adicional por ano de 1,6 trilhões, suficiente para pagar o salário-mínimo para 5,7 milhões de desempregados durante um ano.

Editorial

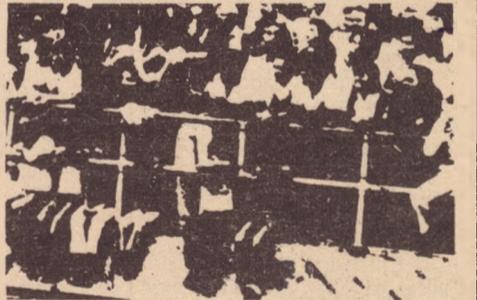
Por um PT dirigente

Os acontecimentos de São Paulo do início de abril foram de tal importância que, passados já mais de 15 dias, eles ainda ecoam na cena nacional com suas lições e ensinamentos.

Antes de mais nada (e deixando de lado o seu significado para as classes dominantes) os dois dias de rebelião deixaram claro que não estamos num período de refluxo das lutas, que as massas não estão adormecidas e dopadas pela pregação "democrática" destes tempos da abertura. O PMDB venceu em vários estados, São Paulo entre eles, mas isto não significou uma adesão e reconhecimento da massa frente ao programa e lideranças da oposição burguesa.

É verdade que a massa dos revoltosos paulistas também não tinha, pelo seu lado, uma organização própria, nem se reconhecia clara e organicamente representada por lideranças combativas, seja do movimento sindical, seja do Partido dos Trabalhadores. Mas, mais importante que isso, é que elas não viam (e depois dos acontecimentos menos ainda) em Montoro uma liderança e uma perspectiva para a solução de seus problemas.

Os acontecimentos revelaram assim uma grande combatividade e disposição de luta latentes na massa, um potencial oposicionista à ditadura militar e aos governos da oposição burguesa, e que está aí para ser transformado em organização, mobilização e politização, pelas forças políticas classistas e anti-ditatoriais.



E dentre estas é inegável que o principal, o candidato privilegiado a jogar este papel, é o PT. O partido, passada a derrota eleitoral, começa pouco a pouco a sair da paralisia em que se encontrava. Diante dos acontecimentos paulistas foi o único partido que se posicionou claramente a favor dos desempregados, contra a ditadura e o governo Montoro. Mais que isso, ensaiou os primeiros passos no sentido de ter uma intervenção ativa no movimento levando propostas capazes de direcioná-lo para a organização e futuras mobilizações.

Por certo, ainda fez pouco. Mas relativamente às demais forças políticas e ao seu estado anterior, já foi um bom começo.

Mais que isso, porém jogando no mesmo sentido, foi a reunião do Diretório Nacional do partido no último fim de semana. Várias vozes, uma larga maioria dos dirigentes nacionais do PT, se posicionou enfaticamente pela necessidade do partido sair de sua postura até agora passiva, reflexa dos movimentos sociais, e assumir um papel de direção, ativo, de intervenção com propostas de luta no interior do movimento.

É verdade que ainda desta vez não se saiu do discurso enfático para as medidas práticas capazes de jogar o partido na luta real. Mas de qualquer forma vai-se pouco a pouco caminhando neste rumo que claramente converge e responde às necessidades atuais do movimento de massas.

**As oposições
burguesas
no governo**

Minas: A "travessia" do Sr. Tancredo Neves

O novo governador pemedebista de Minas, sentado já na poltrona do Palácio da Liberdade, começa a "virada" em direção a onde sempre esteve: esse negócio de povo e rua, só na hora de pedir votos; a hora é do consenso com Figueiredo, evitando a qualquer custo que o poder caia às ruas. Um mês depois da posse a análise dos primeiros passos do projeto Tancredo.

Por Virgílio Guimarães de Paula

O ponto alto do encerramento da campanha eleitoral de Minas foi, sem dúvida alguma, dado pelo PMDB: centenas de milhares de jovens lotaram a "Praça do Papa", ao pé da Serra do Curral, participando do show "Travessia" comandado por Bituca (ou Milton Nascimento, como é conhecido fora de Minas).

Foi um show mesmo — luz, som e vibração — e onde a política, por falta de entrelinhas, apenas flutuava na cabeça de todos. Ai não se disse uma única palavra de política ou eleição. Mas todos sabiam a que vinha o show e estavam presentes. Inclusive as estrelinhas — vermelhas ou brancas — não apenas pontilhavam aqui e ali; estavam aos magotes.

Em um dado momento a imensa platéia foi eletrizada por um acontecimento rápido mas fundamental. O senador Tancredo Neves, candidato da "virada" ao governo de Minas, sobe no palco ao som da música Travessia e dá um longo e emocionado abraço no Bituca. O clima contagia a todos. Ali estava selada a sorte de Eliseu Rezende, do PDS, e consolidada uma dolorosa realidade para o PT: vencer o voto útil. Tancredo era mesmo o homem da travessia (da ditadura para a democracia? do capitalismo para o socialismo? da antiga para a nova fase do regime? pouco importa!) e da "virada". Poucos se lembravam que este mesmo Tancredo Neves era até bem recente o homem da "oposição confiável", do PP, dos acordos infames com os militares e os tecnocratas de plantão.

Ganhou Tancredo. O que ganhamos nós? Nós brasileiros ou simplesmente mineiros, esmagados, explorados, trabalhadores, mulheres, jovens e crianças "viramos" o que?

Bem, ganhar o Brasil ganhou, uma coisa que estava fazendo uma falta tremenda em nossa "cena política" (O que é isso? Ora, a política que fazem os políticos e a grande imprensa): um articulador de peso, uma figura astuta e arguta, alguém capaz de jogar alto no novo tabuleiro da "abertura" armado pelo João. Enfim um político mineiro com cancha e clima para por em prática toda a sua mineiridade (ou mineiridade, ou mineirice). E aí está o Tancredo.

O homem (o "velhinho") é fogo! Já ocupou todos os espaços políticos. Disseram por aí que este tipo de espaço não fica vazio. Parece que Tancredo não acredita muito nisso. Ocupa os espaços vazios e expulsa dos espaços já devidamente preenchidos figuras que não tem o jogo de cintura suficiente para a nova ginga pepista aberturista da moda. Que o digam Ulisses e Montoro, estes infelizes e desajeitados coadjuvantes.

Para se analisar Tancredo (ou melhor, que Tancredo que nada, ele é apenas uma pessoa e não se trata aqui de personalismos mas sim de acontecimentos históricos, de questões concretas da luta de classes) para se analisar o tipo de político simbolizada hoje na figura de Tancredo, é essencial levar em conta sua aplicação em dois níveis: o nacional e o mineiro. No primeiro predomina a articulação, a preparação do terreno, a abertura de picadas para uma travessia mais segura da "abertura", para um tipo de democracia burguesa, não a do tipo clássico, europeu, mas uma de tipo novo (será a democracia burguesa morena?) instrumentalizada com mecanismos "fortes" de defesa da ordem, uma espécie de "autoritarismo legal". O que importa é dar uma nova estabilidade ao regime (reformado) e evitar ao máximo que o poder "caia às ruas". E aí Tancredo e tudo que ele representa se aproxima de Figueiredo e, no limite, se identificam.

Mas hoje o governador é mais ativo, não por ele, mas porque seu campo de ação é mais amplo e delicado. "Controle os seus radicais que os nossos controla eu", já dizia o Golbery a figuras proeminentes da oposição lá pelos idos da década de 70. Pois é. Figueiredo já controlou os dele e a caserna fecha mesmo é com a abertura. É claro que aí também é menos pelo Figueiredo e mais pelo momento histórico: é

isso que corresponde aos interesses da burguesia. Os oficiais golpistas e sua linha dura, no momento atual estão mais para palco de opereta que para Palácio do Planalto. Já a tarefa do Tancredo e seus asseclas está aí para ser cumprida: controlar o movimento de massas, enquadrar opositoristas radicais e outros mais. Enfim, costurar um dos lados do Grande Acordo Nacional, avaliar, sem pão nem prata na mão, o grandioso Consenso de todos os brasileiros e selar o sonhado Pacto Social. Esta é a sua travessia.

A "pepeização" do PMDB já é hoje um fato nacional que apenas alguns resquícios autênticos insistem inutilmente em contrariar.

Mas Tancredo trabalha, não para, vai vencendo etapas, vai aos poucos ganhando figuras e setores burgueses e pequeno burgueses para este Projeto Nacional, vai "virando" recalcitrantes (no íntimo, aflitos para serem virados) para o rumo da grande nau da composição.

A "pepeização" do PMDB já é hoje um fato nacional que somente alguns resquícios de "autênticos" (não confundir com "comunistas") insistem inutilmente em querer contrariar. Tancredo — junto com os governadores, cada vez mais adesistas — é quem hoje dá o tom. Não adianta chorar.

E não é só dentro do PMDB. O PDS também já está contagiado. Parece que descobriu que tem que virar partido, que a direita também tem que se modernizar. E Tancredo, inclusive aí, cumpre seu papel. Primeiro disse que o PDS tinha virado partido nordestino; depois concertou: ele próprio também virara "governador nordestino" (afinal Minas tem mais de 40 municípios na área da SUDENE) e mais, propôs o nordeste como prioridade número um do Brasil (a Itaipu dos anos 80). E por isso foi freneticamente aplaudido na reunião de governadores do nordeste, todos do PDS. Deixando assim Maluf longe, o qual, por falta de ambulâncias para enviar para as caatingas, teve que se contentar com a tentativa de emocionar corações nostálgicos afixando um retrato do Padim Ciço na entrada de seu gabinete em Brasília. Convém não esquecer que o nordeste é o grande eleitor, o pêndulo político, do PDS na próxima escolha do futuro candidato à presidência da República.

E esta, junto com a reforma constitucional, é a grande aposta da política Tancredo Figueiredo.

Inclusive foi Tancredo quem tirou o governo (grupo palaciano) do imobilismo frente às investidas de Maluf e à erosão das candidaturas militares. Numa de suas entrevistas lançou Aureliano Chaves à presidência ("na hipótese do consenso, e dentro do campo do PDS", fez questão de afirmar, salvando assim seu "oposicionismo"; mas sem

dispensar a ironia fina: "no PMDB temos o nosso candidato natural, que não pode ser outro senão o nosso presidente, o deputado Ulisses Guimarães"...).

Agora estão aí Tancredo, Figueiredo, Aureliano, empresários e militares, todos no mesmo barco, unindo o PMDB (menos os "loucos") e o PDS (menos os "paranóicos") na mesma campanha. E para ganhar.

Mas existe um outro aspecto da política tancredista que também deve ser meticulosamente analisado e acompanhado para se compor o quadro nacional: a sua ação enquanto governador de Minas. Aí já não se trata mais só de articulação, planos, mas sim de conquistas reais de seu projeto. Hoje, Minas é a grande proveta, é o laboratório do modelo de consenso tancredista/aberturista.

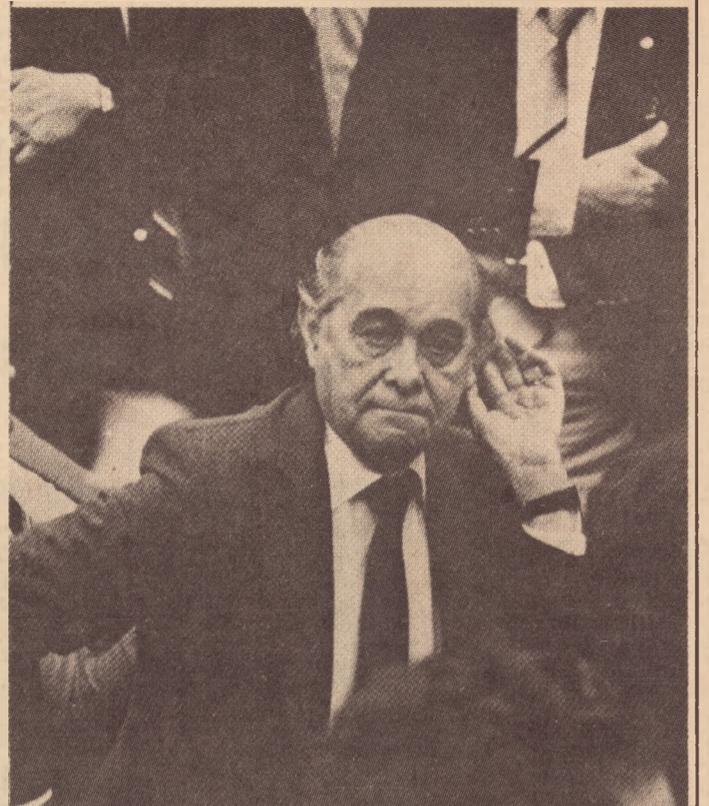
Este primeiro mês de mandato do novo governador já dá bem a medida e o alcance do que se pretende. A escolha do secretariado foi o primeiro grande teste e a primeira grande vitória. Não só pela sua composição (e aí foi composição mesmo) como pela forma de seu anúncio.

Em São Paulo, Montoro só a duras penas consegue compor o PMDB na formação de seu quadro de auxiliares. Tancredo, em Minas, deixou-o longe: compôs todo o PMDB e a parte do PDS que importa (e ainda de quebra o PTB). Foi o modelo prático do governo de coalizão. Afinal quem propõe esta fórmula para o plano nacional tem que começar praticando em casa. Foi uma jogada impressionante: toda a área econômica (Fazenda, Planejamento, Bancos e Caixa) está nas mãos de tecnocratas, antigos servidores de governo da ARENA, de estrita confiança do governo federal. A Segurança Pública com um jurista conservador de direita (quando Lourenço Diaféria, da Folha de São Paulo, foi tempos atrás absolvido no STF com um voto contra, este foi exatamente o voto de Cunha Peixoto, atual secretário de Seguran-

Minas hoje é a grande proveta, o laboratório do modelo de consenso Tancredo/Figueiredo.

ça de Tancredo). O empresariado está bem representando, nos postos que lhe interessava (exemplo clássico, Agricultura, com um líder das "classes produtoras", ou seja pecuarista — a FETAEMG, a dos trabalhadores, havia feito proposta de nomes, acreditando na indicação: ficou no "ora veja"). Os políticos do PP dominam a área política, e para a esquerda ("ora, a esquerdra") ficou a chamada área social. E mesmo assim, ficou em termos. A Educação e a Saúde com antigos servidores do governo de Aureliano Chaves e o Trabalho com um empresário do Triângulo Mineiro. Mas são figuras que "dão espaço", pelo menos é o que se acredita.

O mais incrível é que um secretariado tão à direita foi comemorado em todos os rincões



O secretariado mineiro arrancou júbilos desde Golbery até os apoiadores do jornal Tribuna Operária.

do PMDB. No dia de seu anúncio houve festas, jantares e estouro de champanha nos diversos arraiais daquele partido, e fora dele. Comenta-se que o júbilo alcançou desde o general Golbery até os apoiadores do jornal Tribuna Operária.

Como conseguiu Tancredo tamanha proeza? Simples, primeiro lançou os nomes de maior impacto, de maior dificuldade de aceitação, que eram os secretários da área eco-

nômica. Mas as reações tiveram que ser moderadas: afinal havia ainda muitos cargos a serem preenchidos e não era oportuno se indispor com o todo poderoso... Tancredo se encarregou inclusive de divulgar a sua fama de inflexível e vingativo com aqueles subalternos que o abandonassem. Engoliram seco e estrilaram baixo. Depois, Tancredo lança, oficialmente, um secretariado balão de ensaio muito mais à direita, onde a esquerda ficava inteiramente cortada (Santo Deus!). Para, finalmente (ufa!) no anúncio oficial contentar a todos ("afinal não se pode ganhar tudo", dizia a esquerda consolada). Tancredo puxou até mesmo uma fileira de suplentes desesperançados à Câmara Federal, dentre eles um apoiador do jornal Tribuna Operária. Alívio e festa. Acima de tudo, composição e conciliação.

Será viável, apesar de tudo isso, um pacto social em Minas, sem concessões aos trabalhadores? Tancredo aposta que sim. Talvez seguindo a receita já anunciou que não tolerará "apelos subversivos" e que todos devem se preparar para medidas de austeridade, "impopulares mas necessárias".

Fez o prefeito de Belo Horizonte como bem quis, sem consultas, sem nada, nomeando um homem da direita do PP. Mais uma vez, silêncio dos descontentes de seu partido (havia prometido, na época da fusão PMDB/PP, que a prefeitura seria para o antigo PMDB). Agora quer meter a colher de pau no movimento sindical: diz que se empenhará para derrotar o decreto do arrocho no Congresso, mas cuidado, nada de CUT e Pró-CUT ilegais, nada de movimento de rua, a ação deve ser parlamentar.

Pois, esse negócio de povo e de rua só na hora de pedir votos. Falou e cumpriu: Tancredo sequer saiu do Palácio para cumprimentar os manifestantes do dia 22 de março, Dia Nacional de Luta contra o decreto. E teve muita gente boa por aí que ainda assim o defendeu...

Lei de Segurança Nacional Revisão não; revogação!

Por Luiz Marques

A Lei de Segurança Nacional (LSN), que contém transcrições quase literais do Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG), surgiu na forma atual em dezembro de 1978. Foi aprovada no Congresso Nacional pelo célebre dispositivo do decurso de prazo, o mesmo que sancionou inúmeras outras arbitrariedades da ditadura militar. O objetivo dessa nova LSN era substituir o decreto-lei de setembro de 1969, mantendo intacto seu conteúdo repressivo.

As diferenças entre a LSN de 69 e a de 78 são secundárias. A LSN vigente ainda hoje manteve a prisão cautelar e a incomunicabilidade (8 dias). Declarou punível as ofensas ao presidente e aos ministros, independente da motivação, se "subversiva" ou não. Reduziu as penas dos presos políticos em geral. Eliminou a prisão perpétua e a pena de morte: que aliás nunca tinha sido aplicada formalmente, só prati-

camente nos porões do aparelho de repressão.

De outro lado, o próprio líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan, em entrevista à **Folha de São Paulo** de 27/03/83 coloca que é preciso efetuar uma nova revisão na nossa já revisada LSN. Segundo Marchezan, existem "dois ou três pontos a serem alterados", entre os quais o que prevê o enquadramento de jornalistas na Lei de Segurança Nacional. "Parece que a Lei de Imprensa seria a mais própria para sancionar, tem também os códigos e tudo o mais". Quer dizer, para evitar desgastes ao regime, como o que provocou a condenação dos jornalistas do **Coojornal** pelo Supremo Tribunal Militar (STM), pretende-se trocar a bainha mas manter a espada erguida sobre a cabeça dos jornalistas.

Enquanto isso, o ministro da Justiça, Abi Acel, fecha o cerco em torno dos setores oposicio-

nistas dispostos à conciliação, reclamando da ausência de "propostas concretas" para reformar a LSN. A comissão mista, criada no Congresso por iniciativa do PTB, está à espera de sugestões. Desde que não sejam "extremistas", tipos revogação pura e simples da Lei. O essencial é intocável. O tom das propostas deve ser dado pela conciliação e pela adesão à trégua do general Figueiredo.

O caminho porém a ser seguido pelos setores mais comprometidos com a luta dos trabalhadores, é outro. Já foi inclusive apontado na **Campanha pela Revogação da Lei de Segurança Nacional**, lançada no Rio Grande do Sul pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa (ver **EM TEMPO** n.º 167).

A campanha pela revogação, em andamento, conseguiu rapidamente a participação de mais



de 50 entidades. Alastrá-la por todo o país, a partir da organização de comitês, é uma tarefa que se impõe aos trabalhadores e seus aliados na luta contra o arbitrio e o autoritarismo.

A LSN não comporta nenhuma alteração substancial do ponto de vista da maioria da população. Inspirada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), ela é o instrumento que visa garantir a dominação do capital monopolista no Brasil, nos marcos da "segurança e do desenvolvimento". Fica claro portanto seu caráter de classe.

Ela não defende os interesses de todos os brasileiros, o que de resto seria impossível numa sociedade dividida em classes. A LSN serve apenas às classes exploradoras.

Nesse sentido, as ambiguidades gritantes do texto da LSN não podem ser vistas como "erros de português", passíveis de uma correção, de uma revisão. As ambiguidades são positivas na medida em que ampliam o leque dos "crimes cometidos contra a segurança nacional", de acordo com a conveniência da ditadura militar.

PDT vota no PDS para a prefeitura de Porto Alegre

Três meses pós-eleições já foram suficientes para evidenciar a distância entre o programa, as promessas e a prática real dos partidos políticos brasileiros.

Todos os partidos oposicionistas defenderam em suas plataformas eleições diretas para a presidência da República, para as capitais e áreas de segurança. Não só defendiam, mas se comprometiam a lutar e criar formas de superar os limites legais e, na prática, fazer avançar a reconquista desse direito democrático.

Durante o mês de março, alguns desses partidos revelaram sua verdadeira face de compromisso, conciliação e oportunismo frente ao regime militar.

A questão das prefeituras das capitais não é algo singular. Tancredo, Camata, Mestrinho e cia. já se encarregaram de enterrar as promessas da "união oposicionista para por fim ao regime" e são hoje os maiores arautos da conciliação e da recomposição de forças, em seus estados, com ex-arenistas, reacionários e conservadores de todos os calibres.

Agora, no entanto, está aflorando de maneira clara o problema dos prefeitos nomeados. É evidente que o texto legal não foi alterado, que a Constituição outorgada pelo regime impõe a nomeação pelos governadores e o referendo dos legislativos estaduais. Nenhuma lei, no entanto, impede que os governadores efetuassem consultas públicas, eleições diretas assumidas pelos partidos ou por entidades como a OAB, por exemplo, no papel de fiscalizadora de um pleito garantido pela própria participação popular. Os legislativos estaduais apenas ratificariam a expressão popular.

Na frente liberal-popular-reformista do PMDB já sabemos como foi: cada um por si. Em nome, talvez, da "autonomia estadual" que o partido também defende, seus governadores agiram conforme suas "consciências", mas sempre a revelia das classes populares.

No Rio Grande do Sul havia uma expectativa de que esse comportamento seria diferente pois o PDT e o PMDB disputaram durante a campanha o título de mais fiel herdeiro do "autêntico e combativo" oposicionismo gaúcho.

É bem verdade que os mais cétricos já possuíam motivos para desconfiança pois nenhum desses partidos, nem o PDS, aceitaram ou responderam ao desafio lançado pelo PT — antes de novembro — de que independente do partido vitorioso, o governador eleito se comprometesse com a realização de eleições na capital.

A partir do momento em que o governador Jair Soares, do PDS, eleito com 30% dos votos, nomeou o vereador e ex-secretário de várias pastas municipais nos últimos anos, João Dib, a polêmica reacendeu-se na capital gaúcha.

Em Porto Alegre, PMDB, (11), PDT (11) e PT (1),

elegeram 23 dos trinta e três vereadores da capital. Não resta pois a menor dúvida do caráter oposicionista da capital dos pampas.

Há, no mínimo, dois meses que o PT vinha tentando reunir os demais partidos e entidades democráticas de Porto Alegre para uma Comissão inter-partidária que pusesse na rua a campanha pelas eleições diretas. Após muitas marchas e contra-marchas, foi possível reunir a Comissão e ainda assim com a relutância ou pouco empenho dos dois maiores partidos oposicionistas.

Na Câmara de Vereadores, os partidos oposicionistas caíram numa infundável e intrincada operação jurídica de decretar a vacância do cargo de prefeito, tendo nos pedetistas, inclusive, alguns de seus maiores defensores.

O PMDB, declarou-se contrário a indicação de João Dib mas se dispunha a ver outros nomes... Enquanto isso a campanha não ia para a rua. O PDT continuava participando da Comissão inter-partidária reafirmando seu compromisso com a luta pelas eleições diretas.

No Rio de Janeiro, Leonel Brizola — como velho caudilho centralizador que sempre foi — esqueceu também das promessas e nomeou seu prefeito, Jamil Haddad. Para garantir, no entanto, a ratificação legislativa precisava do voto do PDS e, simplesmente, mandou o recado aos trabalhistas gaúchos: votem em Dib.

Da noite para o dia, as promessas, o programa, a coerência são, pragmaticamente, colocadas de lado e em nome do realismo político, uma apressada reunião da bancada dos deputados estaduais e a Executiva do Partido decide apoiar a indicação de Jair Soares e, pura e simplesmente, abandonar a luta por eleições diretas.

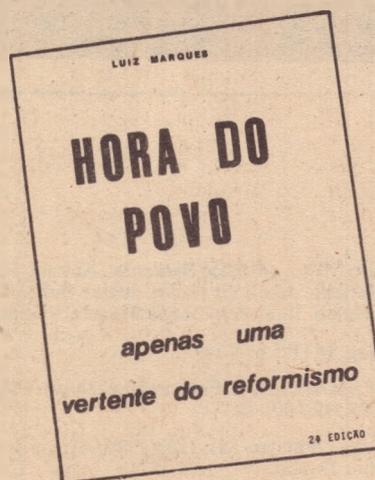
Os deputados estaduais Romildo Bolzan, Dilamar Machado e João Severino capitanearam o bloco da aceitação de João Dib e, em nota oficial, o PDT chegou a desfatez de apresentar como maior argumento que a recusa ao nome de Dib levaria a ter que aceitar outro posteriormente e com isso dar legitimidade ao último nomeado. Aceitando João Dib, a coerência partidária estaria salva pois como Dib foi indicado pelo governador sua ratificação agora não implicaria nenhum compromisso com sua futura gestão.

Com essa brilhante lógica de raciocínio; o argumento foi irresistível. Os vereadores também se afastaram da Comissão, abandonaram a tese da vacância e passaram, todos, vereadores, deputados e dirigentes trabalhistas, a criticarem a falta de coerência do PMDB nos demais estados...

A Comissão de luta por eleições diretas enfrenta agora um fato consumado e a população de Porto Alegre que acreditou nas promessas de luta dos partidos de oposição. Bem..., talvez daqui a seis anos talvez ela já tenha esquecido o oportunismo desses políticos. Certamente é o que eles esperam que aconteça. (RP)

LSN: 23 presos!

Existem hoje em torno de 23 presos políticos no país, enquadrados na LSN, e uma série de pessoas respondendo a processo em liberdade. Quase tantos presos políticos quanto havia no início do movimento pela anistia ampla geral e irrestrita. O que nos coloca a questão de resgatar essa bandeira, ao lado da luta pela revogação da Lei de Segurança Nacional.



Pedidos
à Editora
Aparte
Ltda
Preço
Cr\$ 250,00

Leia, contribua, assine e divulgue EM TEMPO:

A sustentação da imprensa dos trabalhadores depende basicamente de seus leitores.

A sobrevivência da imprensa alternativa depende do apoio que recebe de seus leitores. Esta é uma verdade que aparecia transparentemente nos períodos da repressão mais feroz, direta e violenta da ditadura. Mudou o momento da luta de classes, mudaram os métodos de amordaçamento da imprensa independente que coloca suas páginas a serviço da luta dos trabalhadores.

EM TEMPO entra em seus seis anos de vida fustigado violentamente pelas pressões econômicas. É uma luta sem dúvida desigual. Os preços do papel, de composição e impressão do jornal subiram assustadoramente nestes anos de inflação acelerada e não param de crescer a todo momento. Se somarmos aos gastos os custos referentes a pagamento de aluguéis para a sede e sucursais, do funcionamento cotidiano, do pagamento de uma equipe mínima de funcionários administrativos e jornalistas teremos um gasto médio mensal em torno a Cr\$ 2.000.000,00.

Do lado das receitas, trata-se de uma arrecadação difícil de ser centralizada e que não consegue acompanhar a velocidade do aumento dos custos. O jornal não conta com anunciantes regulares. As receitas de banca até hoje não se recompuseram dos danos à distribuição causados pela onda terrorista de 1980. E, de um terço a dois terços do preços da capa do jornal são apropriados seja pelo banqueiro seja pela distribuidora. Temos ainda preferido não aumentar o preço de capa do jornal na mesma velocidade da inflação pois inviabilizaria a sua penetração em faixas dos trabalhadores onde é maior o desafio para seu crescimento e influência.

Por isso tudo estamos lançando esta campanha financeira simultaneamente a um esforço renovado no sentido de aumentar significativamente o número de assinantes. Ela permitirá não apenas a continuidade de um jornal que já tem sua história na luta dos trabalhadores brasileiros, como criará condições para que possamos investir em novas conquistas jornalísticas e políticas.



CAMPANHA FINANCEIRA

EM TEMPO, no seu quinto aniversário, promove:

Promoção nº 1: Fazendo sua assinatura anual do **EM TEMPO**, você ganha o caderno **Malvinas, contradições do capitalismo e revolução social** de Marcelo Zugadi.

Promoção nº 2: Fazendo sua assinatura anual do **EM TEMPO** conjunta com a revista **Perspectiva Internacional**, você ganha, além de uma redução do preço, o caderno **Malvinas**.

Promoção nº 3: Adquira a coleção

completa do **EM TEMPO**, composta de 169 números, por apenas Cr\$ 15.000,00.

Promoção nº 4: Assinatura vitalícia do jornal. Você paga Cr\$ 20.000,00 uma vez e recebe seu **EM TEMPO** em casa, para sempre.

Promoção nº 5: Em cada quatro assinaturas do **EM TEMPO** ou da revista **Perspectiva Internacional** que você apresentar, você ganha a sua assinatura.

Promoção nº 1 - _____	3.000,00
Promoção nº 2 - _____	5.000,00
Promoção nº 3 - _____	15.000,00
Promoção nº 4 - _____	20.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

**A Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57
CEP 05414**

A partir desta edição, o jornal **EM TEMPO** estará custando Cr\$ 150,00. O aumento do preço de capa do jornal, que estava sendo mantido desde o mês de setembro do ano passado, se faz necessário tendo em vista o escandaloso aumento dos custos gráficos ocorridos no período. Paralelamente, o preço da assinatura anual do jornal passará a Cr\$ 3.000,00 e a assinatura semestral passará a Cr\$ 1.500,00. O reajuste de 50% é, na verdade, inferior à inflação ocorrida no período entre os dois últimos reajustes.



**Fique por
dentro**

Livros da Editora

Antídoto (Portugal)

a preços especiais

Introdução ao Marxismo - Ernest Mandel	1.050,00
Crítica ao Eurocomunismo - Ernest Mandel	1.050,00
Da Comuna a Maio de 68 - Ernest Mandel	1.200,00
Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes - Ernest Mandel	900,00
Sobre o Fascismo - Ernest Mandel	600,00
A Revolução Desfigurada - Leon Trotsky	900,00
A Revolução Traída - Leon Trotsky	1.350,00
Programa de Transição - Leon Trotsky	900,00
Lições de Outubro - Leon Trotsky	750,00

Pedidos para a Editora Aparte Ltda.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, AMérico Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Reunião do Diretório Nacional QUE FAZER?

Por onde reconstruir o partido, depois do vendaval da campanha eleitoral e dando respostas à nova conjuntura política que vive o país? Este o centro dos debates que por dois dias reuniu o Diretório Nacional do PT. E a resposta que começa a despontar é positiva. Nas palavras de Lula, representando a maioria das intervenções, "é hora do partido sair prás ruas e pros movimentos com propostas próprias, ao invés de ficar correndo atrás do que acontece e balançando bandeirinhas".

Por Flávio Andrade,

O Diretório Nacional do PT esteve reunido em São Paulo nos dias 16 e 17 últimos. Com pequena presença, escassamente atingindo o quorum para deliberações, mesmo assim as discussões travadas foram de singular importância para o futuro do partido.

Regimento Interno: e os núcleos?

O primeiro ponto da pauta era o exame da proposta de Regimento Interno (consolidando normas anteriormente já aprovadas e inovando em certas matérias), elaborado por uma comissão de advogados por solicitação da Comissão Executiva Nacional. Mas logo de início o debate constatou a insuficiência do texto para aprovação ali. De um lado, o mais grave, o documento nada dizia sobre a importante questão, hoje consensual no Diretório, que é a regulamentação dos núcleos com caráter deliberativo dentro da estrutura partidária. Por isso o encaminhamento adotado foi de novamente discutir-lo a nível da Executiva para futura deliberação do Diretório, mas ainda assim como ante-projeto a ser encaminhado para votação final somente na pré-convenção nacional.

O balanço, estado por estado

Na tarde de sábado foi o balanço da situação do partido, estado por estado. Já se sabia que a situação em muitas regiões, depois da campanha eleitoral, era de grande dificuldade. Mas o quadro revelado no Diretório chega a ser, em alguns estados, sem nenhuma dose de exagero, dramático. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, segundo o ex-deputado federal Antonio Carlos, a direção do PT literalmente desapareceu, seus membros não sendo encontrado em parte alguma, e que restou foram apenas dívidas, em seu nome pessoal. Segundo Antonio Carlos, "lá o caso não é de reconstrução do PT, mas sim de começar tudo de novo".

Em vários outros estados, principalmente no norte e nordeste a situação é igualmente difícil, ainda que não chegue a este nível de destruição.

É claro que numa situação destas todos os demais aspectos da organização partidária se deterioraram (finanças, jornal, núcleos, secretarias etc) e a intervenção política do partido foi reduzida a zero.

Nos estados do centro-sul a situação é um pouco melhor ou em alguns casos até mesmo razoável, mas ainda muito longe do satisfatório. No frigidar dos ovos a conclusão foi clara. Não fosse a alteração recente na lei partidária, introduzindo maior flexibilidade na marcação das datas para as convenções municipais (ou,

por opção do próprio partido, até mesmo a possibilidade de simples congelamento dos atuais diretórios por mais tempo alterações fruto de interesses circunstanciais entre o PDS e o PTB) não fosse essa mudança, o PT estaria seriamente ameaçado na sua viabilidade legal a curto prazo.

Reconstruir as direções

Mas dada esta alteração a situação muda de figura. Por isso o Diretório decidiu manter as datas anteriores marcadas para as pré-convenções que renovarão de fato suas direções, ficando a fixação de datas para as convenções oficiais ainda sujeita a um melhor estudo da nova lei bem como novo balanço da situação estado por estado. Além desta manutenção das datas decidiu-se ainda que, em casos urgentes, de enorme dificuldade no funcionamento das atuais direções, se proceda já a pré-convenções extraordinárias cujos resultados poderão ou não ser confirmados depois pelas pré-convenções ordinárias.

Na manhã de domingo, depois deste balanço de sábado à tarde, a reunião atingiu seu ponto alto, com todas as intervenções buscando localizar a causa desta situação e por onde reconstruir agora o partido. Que fazer? Era a questão colocada.

O PT tem que ser dirigente

O impacto do balanço anterior somado à falta de preparação prévia para este ponto de pauta não poderiam certamente produzir um debate muito organizado. As opiniões partiam de aspectos variados e concluíam apontando para propostas também variadas. Mas em meio a todo o debate que se seguiu é possível apontar uma linha mestra altamente positiva: o PT tem que mudar; não é mais possível o partido apenas assistir, apoiando mais ou menos, os acontecimentos da política brasileira, da luta de bairro passando pelo movimento sindical e chegando à grande política. O partido tem que tomar a ofensiva, a dianteira sobre os acontecimentos, levar propostas, organizar a massa, preparar eventos e lutas, tem que ser direção enfim. Ou, como disse Lula a certa altura: "nosso partido não pode ficar apenas correndo atrás daquilo que a igreja ou o movimento sindical faz, apenas apoiando, balançando suas bandeirinhas coloridas nas manifestações. Temos que meter a mão na massa diretamente, sem intermediários, organizando e dirigindo a massa e suas lutas. Temos que ter núcleos organizados por bairro, por categoria,

temos que ter propostas próprias de ação e sairmos da situação de mera assistência em que nos encontramos".

Este, o tom do debate. Superar a etapa de um partido apenas de representação dos movimentos, apenas expressão das lutas, e tornar-se um partido dirigente das lutas.

O partido não tem que esperar

Para isso, uma necessidade enfatizada por todos, as estruturas partidárias tem que funcionar: finanças, secretarias, direções em todos os níveis, jornal. Além, é claro, linhas políticas claras frente a cada acontecimento.

Também, ainda que secundariamente, não deixaram de falar as intervenções de sempre, míopes e simplórias, tentando ver na existência de tendências dentro do partido o mal maior que está a emperrá-lo.

Mas de qualquer forma a reunião na manhã de domingo atingiu um tom inédito e positivo dentro da história do partido ao centrar suas discussões na precisão maior do caráter que o partido deve tomar agora. É bem verdade que não se passou das declarações de intenção, dos pronunciamentos dramáticos e enfáticos, não se chegando em momento algum a propostas e medidas concretas capazes de transformar em realidade o caminho apontado. Mas este começo de ruptura com a visão até então predominante, de um partido apenas de representação, é um bom sinal que deve ser saudado positivamente.

No final da reunião, na tarde do domingo, tentou-se afunilar para algumas resoluções concretas, mas a preparação precária da reunião impediu que se avançasse muito. No entanto, uma questão ainda que aparentemente menor, empolgou longas discussões no Diretório: a taxa sobre os ganhos dos mandatos parlamentares.

40% sobre os proventos parlamentares

A pré-convenção nacional do ano passado havia aprovado que os proventos dos mandatos parlamentares teriam 40% de seu valor destinado diretamente ao caixa do partido, e que a utilização dos recursos não monetários (assessorias, infraestrutura, etc) seria comandada pelo partido.

No entanto, no caso dos parlamentares federais, uma proposta da bancada fora já aprovada pela Executiva estabelecendo que apenas 20% dos proventos de cada deputado seriam recolhidos ao caixa partidário ficando os outros 20% (do total de 40% aprovado pela pré-con-



venção) destinados a gastos "realizados pelo próprio parlamentar em atividades partidárias, não pessoais e compulsórias, sujeitas a posterior prestação de contas à Executiva".

Na apresentação da proposta em plenário, o deputado Luis Dulce, de Minas, exemplificou: "por exemplo, minha viagem de Belo Horizonte aqui a esta reunião do Diretório não é pessoal e é compulsória; entraria portanto neste tipo de despesas a serem cobertas com os 20%. Ou então, contribuições que por vezes somos levados a fazer a chapas sindicais em disputa etc".

O plenário, indignado com tamanha tergiversação e desrespeito às normas aprovadas pela pré-convenção, quase veio abaixo. Djalma Bom, deputado federal por São Paulo se inscreve: "Sou contra esta medida dos 20%. Eu acho, sendo franco, que a Executiva errou ao aprovar isso que agora nos traz aqui, porque trata-se de deliberação de pré-convenção... Eu acho que não podemos aprovar isso aqui de jeito nenhum sem abirmos um flanco sério que depois, que autoridade terá este Diretório para as mudanças políticas que estamos propondo? Sinceramente, sem querer ofender nenhum companheiro, eu acho que neste partido está fazendo falta um pouco de consistência ideológica... de qualquer forma se for aprovado aqui os 20% eu não acatarei continuarei contribuindo com os 40%".

Depois desta intervenção, poucos defenderam a proposta da bancada que assim foi derrotada com larga folga na votação final.

O último ponto foi a discussão sobre critérios para renovação da própria direção nacional. Um preliminar: na próxima reunião do Diretório Nacional já está na pauta um balanço da Executiva Nacional com a substituição dos membros que a discussão mostrar sem condições de contribuírem efetivamente para as funções necessárias à Executiva. Afora isso a discussão sobre a formação do futuro Diretório Nacional não chegou a avançar muito, ficando apenas a nível de uma série de sugestões que serão trabalhadas pela Executiva retornando para discussão no Diretório.

São Paulo — Urgente!

Executiva Estadual ameaça parlamentarizar o partido

Um ano depois de lançar uma proposta de Plataforma Nacional claramente reformista para a campanha eleitoral do partido (felizmente derrotada a nível nacional) a direção estadual do PT paulista volta à carga.

Desta vez com medidas a nível interno, no entanto igualmente escandalosas face às características básicas do PT. A Executiva paulista propõe agora (para deliberação numa reunião do Diretório Estadual ampliada com representantes dos distritais e municipais que se realiza nesta quinta-feira dia 21/4) uma série de normas inovadoras do processo das pré-convenções no estado. O centro da proposta é a alteração do critério de participação na pré-convenção estadual, os delegados não mais sendo retirados em função do número de filiados de cada diretório de base, mas sim na proporção de um delegado para cada 2500 votos obtidos pelo partido na área do referido diretório de base nas últimas eleições. Trata-se nada mais nada menos que o critério que a Lei Orgânica dos Partidos instituiu para as convenções estaduais (oficiais) com a única exceção de que na proposta da Executiva se suprime o limite máximo de 30 delegados por diretório de base.

O espírito da lei é claro: partido é coisa de parlamento, de eleições, e nada mais. Por isso é natural que sua estrutura interna se dê com base nos dados eleitorais. É pela mesma razão que a lei institui que as bancadas parlamentares são sempre membros natos das convenções

Um verdadeiro escândalo, ferindo as mais caras tradições do PT como partido de lutas e democrático. A Comissão Executiva Estadual acaba de lançar sua proposta de participação nas pré-convenções tomando como critério para eleição dos delegados o número de votos que cada diretório alcançou nas eleições de 82.

Por Flávio Andrade

nos respectivos níveis.

O espírito das normas de regimento interno tradicionalmente praticadas pelo PT é inteiramente outro. O PT é coisa de lutas, presente nos movimentos sociais no dia a dia, e não apenas em momentos de eleição, organizado em cima de militância e núcleos etc. Não despreza as eleições, pelo contrário vê nelas uma oportunidade enorme para o desenvolvimento de sua política, mas nunca de forma a principalizá-las em relação à ação política direta nos movimentos sociais.

A Executiva argumenta que a massa de filiados não é critério para se aferir a densidade do trabalho político em cada diretório e que os resultados eleitorais seriam um indicador mais preciso da representatividade do trabalho que deve ser a base para a retirada de delegados à pré-convenção estadual. O argumento toca evidentemente num ponto real, pois na maioria dos casos a massa de filiados é um dado diferente da militância real de um diretório de base. Mas, claramente, a solução pretensamente corretora do desvio nada mais faz que substituí-lo por um outro, ainda maior e mais grave: a parlamentarização das estruturas partidárias.

O próximo passo, nesta linha de raciocínio da Executiva, seguramente será a supressão pura e simples das pré-con-

venções, já que os critérios de participação são praticamente os mesmos da Lei Orgânica. Isto não é apenas uma especulação imaginária da lógica do argumento que embasa estas inovações da Executiva. Sabe-se que nas discussões preparatórias do tema, levadas a cabo com reserva na Executiva, o deputado estadual Marcos Aurélio Ribeiro levantou explicitamente esta tese, argumentando da dificuldade operacional, da falta de representatividade, e dos espaços para "manobras dos grupos" criados pelas regras tradicionais do PT. Não venceu sua posição. Mas, vê-se nitidamente nestas normas da Executiva uma solução de composição entre de um lado a manutenção das pré-convenções e de outro sua extinção: ou seja, o seu enquadramento ao máximo nas normas legais, quem sabe até que, com o tempo, elas próprias possam ser suprimidas sem maior impacto junto às bases do partido.

O rumo buscado pela Executiva paulista é, além de tudo, frontalmente contrário aos caminhos que começam a se delinear, por exemplo na discussão recente do Diretório Nacional do partido (ver pág. 7). Enquanto a direção nacional busca tornar o PT mais e mais um partido voltado para a intervenção nos movimentos sociais, tenta enquadrar os núcleos com poder deliberativo na estru-

tura partidária etc, a direção estadual paulista vai no rumo da parlamentarização do partido, da ignorância (ou será supressão?) pura e simples da necessidade da nucleação de filiados como forma de criar uma base militante efetivamente apta à intervenção na luta de classes.

Aliás, a dissonância da direção estadual paulista para com as reais necessidades e definições do PT não é coisa nova. Além da Plataforma Nacional do ano passado, recentemente assistiu-se ao episódio da discussão sobre a participação ou não do PT no governo municipal peemedebista da capital. A posição da direção, dúbia, envergonhadamente desejosa de um lugar ao sol nas migalhas do governo Montoro, causou junto às bases tamanho espanto que até hoje se arrasta como uma das discussões importantes da próxima pré-convenção estadual. Igualmente neste caso, a direção posicionou-se contra tudo aquilo que até então o PT como um todo e sua direção nacional haviam deliberado sobre o tema.

O quadro é de apreensão. Pois, se em certos estados do norte a situação do partido corre riscos de sobrevivência física, por outro lado num estado da importância de São Paulo o que se assiste é o perigo de uma profunda degeneração da proposta original do PT.



4 - A concepção bakuninista de revolução

Contraopondo-se à concepção marxista de uma revolução feita a partir da organização do proletariado em classe, da organização de um partido operário de massas, o anarquismo bakuninista pregava uma revolução realizada instintivamente pelas massas mais miseráveis, onde setores como o lumpem-proletariado ocupariam um lugar de destaque.

Na mesma época em que o marxismo ia se afirmando como a corrente fundamental do movimento operário, uma outra corrente começou a se desenvolver: o anarquismo. Não se trata de uma corrente que, como o marxismo, tenha um corpo teórico sistemático. Trata-se mais de um conjunto de idéias, que variam bastante entre as várias correntes.

O principal representante do anarquismo no século XIX foi Miguel Bakunin, filho de um latifundiário russo.

Sua concepção geral da revolução parte da oposição a toda forma de Estado, visto como algo essencialmente artificial, que apenas serve para manter a tirania do homem sobre o homem. Bakunin tinha também um ódio mortal às igrejas e à idéia de Deus. Via esta idéia como detestável por ser fundamentalmente incompatível com a liberdade humana; considerava Deus como o símbolo mesmo da desigualdade e da falta de liberdade.

Sua concepção política era do "federalismo", isto é, a de tomar como unidade

básica pequenos grupos, comunas, que apenas se federavam em unidades maiores, sem chegar a transferir para estas federações nenhuma autoridade.

Enquanto Marx pregava a organização do proletariado em classe, a sua centralização em um partido político, Bakunin concebia a revolução como uma luta incessante entre opressores e oprimidos, residindo a força revolucionária fundamental nos grupos dos despossuídos, quaisquer que fossem, sem levar em conta sua relação com os meios de produção (o que era para Marx o critério fundamental). Por esta razão, Bakunin dava uma importância particular aos grupos mais miseráveis da sociedade: os camponeses nos territórios mais atrasados, o lumpem-proletariado urbano... Por esta razão, enquanto o marxismo se desenvolvia em países mais industrializados, o anarquismo se fortaleceu em regiões mais atrasadas.

Enquanto Marx acreditava em um levantamento organizado e consciente do proletariado, Bakunin acreditava em um levantamento instintivo.

Para dirigir este levantamento instintivo de camadas sociais exasperadas pela miséria, não seria necessário um partido de massas, mas um grupo compacto. Em questões de estratégia e tática, Bakunin não acreditava em qualquer luta política realizada no interior da sociedade burguesa existente. Na sua opinião, isto é uma tática oportunista, que apenas retarda a marcha da revolução social.

Com uma visão tão distinta da de Marx, é natural que os dois tivessem de se chocar, o que acabou ocorrendo no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (a I Internacional).

A I Internacional foi fundada em 1864. Até 1868, Bakunin trabalhou na Itália para organizar uma sociedade revolucionária, e depois, na Suíça, se filiou à Liga para a Paz e a Liberdade, uma organização burguesa radical. Em 1868, rompeu com ela, e fundou sua própria organização, a Aliança Internacional da Democracia Social. Escreveu a Marx, então, dizendo que "desde o adeus público e solene que no congresso de Berna dei

aos burgueses, não conheço outra sociedade nem outro meio a não ser o mundo dos operários. Minha pátria será de agora em diante a Internacional, da qual tu és um dos principais fundadores. Já vês, meu amigo, que sou teu discípulo e me alegro em sê-lo".

No entanto, não abandonou por isto suas idéias, e propôs entrar na Internacional, mas mantendo seu estatuto e seu programa próprios, com direito de realizar seus próprios congressos. Em uma decisão em que Marx teve uma grande influência, o Conselho Geral da I Internacional recusou esta proposta. Só aceitaria que os partidários de Bakunin dissolvessem a sua organização e aderissem às diversas seções da Internacional.

Finalmente, Bakunin declarou que estava dissolvida a Aliança e entrou na Internacional. De fato, é muito duvidoso que isto tenha ocorrido. No Congresso de 1872, a Internacional declarou que a Aliança continuava na prática existindo, e os partidários de Bakunin foram excluídos da Internacional.

Polêmica

Os metalúrgicos paulistanos, a CUT e a crise

Régis Moraes

O Sindicato dos Metalúrgicos da capital paulista é o maior da América Latina: 400 mil trabalhadores na base, distribuídos por 13 mil empresas, num raio de 70 km (a empresa mais distante está a 41 km da sede). Contudo, a sua força é minada continuamente pelo desemprego e pela rotatividade: 15,6 dos desempregados de S. Paulo são metalúrgicos. Entre 1973 e 1982, foram realizadas 160 mil sindicalizações (1300 por mês). A rotatividade, porém, fez restar, hoje, apenas 70 mil associados. Nesta polêmica entrevista, Luiz Antonio, primeiro-secretário da entidade, dá a sua opinião sobre a crise, a CUT e as recentes eleições à CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), onde o presidente do Sindicato, Joaquinão, encabeçou a chapa derrotada (38 a 20) por Ari Campista, o mais velho bruxo da estrutura sindical. Apesar de expressar uma posição totalmente contrária à nossa linha editorial sobre o movimento sindical, julgamos importante a entrevista por mostrar com incomum clareza o pensamento de um setor importante do sindicalismo brasileiro e que cada vez vem demonstrando maior desenvoltura em sua ação.

— Por que o Sindicato dos Metalúrgicos da capital não participará do Congresso Estadual da Classe Trabalhadora (21-24 de abril)?

— Porque o que foi combinado em Brasília é que em S.P. seria feito um congresso de unificação, convocado pelas duas comissões que foram prá lá, na reunião nacional da Pró-CUT (a das federações e sindicatos e a dos sindicatos ligados à pró-CUT estadual). Iniciamos algumas conversações, mas elas foram rompidas e nos apresentaram um regimento já pronto, elaborado segundo os critérios da antiga Pró-CUT. As regras do jogo foram determinadas só por um lado. E além disso, do jeito como ele está sendo realizado, não significará passo adiante, não irá além dos Enclats anteriores, que não conseguiram tirar proposta de luta que avançasse. Tudo continuará na mesma, sem arregimentar os sindicatos. Consideramos um congresso de cúpula que não representará o movimento sindical. Sem o grosso dos sindicatos do campo, que não participarão, e das federações, não há movimento sindical em S.P.

— Vocês reconhecem então a Comissão Nacional Pró-CUT mas afirmam que o congresso está em desacordo com ela?

— É isso. Continuamos reconhecendo a Comissão e queremos participar do CONCLAT organizado por ela. Este aqui não reconhecemos.

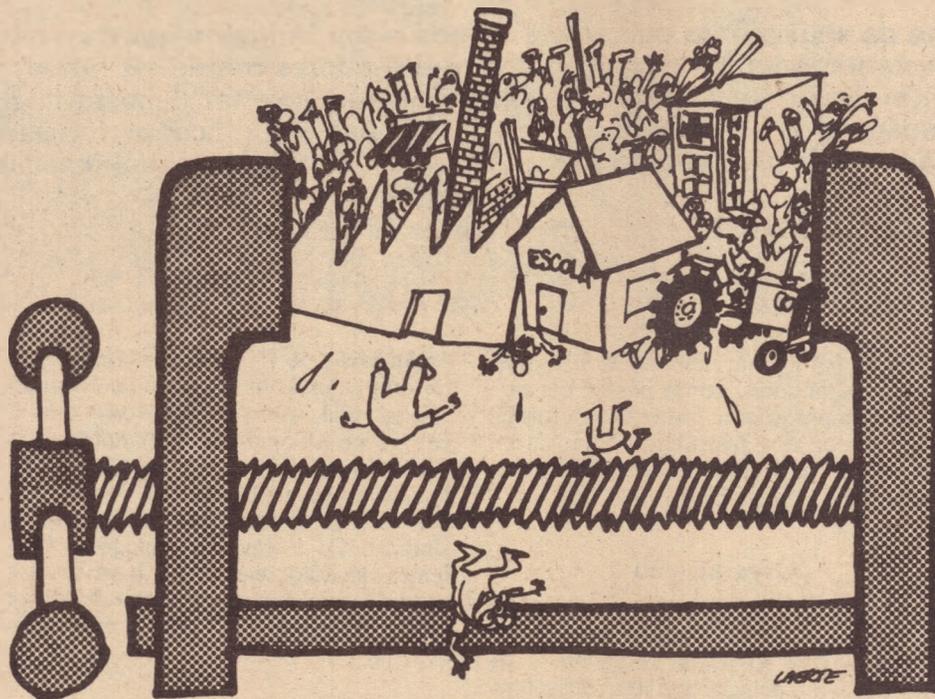
— Há entidades e lideranças vinculadas, como vocês, à corrente da chamada Unidade Sindical que reconhecem e participam da Pró-CUT e dos ENCLATS Raimundo, dos Padeiros, Arnaldo, dos metalúrgicos de Santos, Jamil, dos médicos, Ivan, bancários do Rio, etc.).

— É um direito deles. Cada um vive a sua situação específica. O nosso Sindicato foi um dos que mais trabalhou pela realização da CONCLAT. Desligamos 3 diretores para isso, a Praia Grande fomos nós que arranjamos e organizamos. Qual a resposta de alguns setores, inclusive minoritários do movimento sindical? Foi fazer finca-pé de que o Joaquim não deveria participar da Comissão Nacional Pró-CUT. Fizemos disso uma questão de honra que significou um racha muito grande. Nós aqui levamos uma delegação unitária e proporcional, das três chapas que tinham acabado de concorrer às eleições do Sindicato. O comportamento deles foi oposto: partir pro racha. Aqui no ENCLAT, foi eleito o Waldemar Rossi como representante do Sindicato Metalúrgico de S. Paulo, e ele nem delegado era. Isso faz com que nossa situação seja mais aguda que a desses companheiros de que você falou.



— E qual a alternativa que você vê para construir uma entidade unificadora do movimento sindical nacional e estadual?

— É necessária essa entidade. Porém, essa unificação tem que se dar em cima das necessidades e das lutas dos trabalhadores. Não acredito que tenha se colocado hoje a questão da formação de uma CUT. Hoje ela seria muito pouco representativa, uma CUT de cúpula, um agrupamento de correntes, deixando de lado a grande maioria do movimento sindical, por omissão ou por não querer realmente participar. Para nós a alternativa é o sindicato ir para dentro das suas federações, dar a elas mais combatividade. Quer queiramos ou não, as federações conseguem trazer os sindicatos, como foi o caso das duas plenárias que fizemos. Hoje a briga é pelo pão, nessa luta as federações



Os Trabalhadores e a crise

O Congresso Estadual (CONCLAT) de S. Paulo, como outros no país, e o Congresso dos metalúrgicos da capital se realizam durante e tendo pela frente um período de crise econômica exigente e provocador.

Há meses o ET vem prevendo o avanço pós-eleitoral do arrocho. E isso não era fruto de nenhuma análise catastrofista ou de bolas de cristal. Os empresários e técnicos do governo vêm anunciando e discutindo seguidamente as melhores maneiras de "impor a todo custo um regime monetário e fiscal de absoluta austeridade" (Conjuntura Econômica, outubro/82).

O problema era consegui-lo sem reduzir tragicamente a atividade econômica e sem taxa de desemprego "inadmissível do ponto de vista social e político".

A maxidesvalorização do cruzeiro era prevista, 5 ou 6 meses antes de sua efetivação, como forma de remunerar melhor (e estimular) os exportadores. Evidentemente, alguém pagaria por esse "dólar mais favorável" aos exportadores. Isso teria que ser moderado com medidas compensatórias na política de impostos.

A reforma da lei salarial também era proposta, nessa ocasião, para compensar o endividamento crescente das empresas estatais, que tem menores condições de burlar os reajustes através de intensa rotatividade, como fazem as empresas privadas. O endividamento das estatais cresceu, entre 79/82, perto de 1250%,

enquanto a receita vinda de suas próprias operações cresceu apenas 780%. Isso obrigou transferências fiscais do Tesouro Nacional às estatais, transferências que cresceram quase 1000% nesse período.

Como os gastos do governo (19 trilhões em 1982) não são cobertos pelas receitas fiscais (4,6 trilhões) somados às receitas das estatais (10,8 trilhões), a saída foi a emissão de moeda, com um verdadeiro "imposto inflacionário" jogado sobre as rendas fixas em geral (salários, aposentadorias, etc). Em regime de inflação permanente ou galopante, ganha quem pode reajustar seus preços a todo momento.

Além disso, os custos financeiros (os altíssimos juros pagos pelas empresas sobre o dinheiro que giram para saldar seus compromissos) acabam jogados sobre os preços, salários e condições de trabalho em geral.

O arrocho sobre o assalariado é portanto o alicerce desse castelo de cartas. Impossível modificá-lo profundamente sem alterar toda a política econômica do governo. Mas, por outro lado, a classe trabalhadora só se lança nessa ofensiva quando aprende a resistir contra as medidas que mais tocam diretamente seus interesses. Uma classe que se desmoraliza nas pequenas lutas dificilmente entra numa guerra. Desse modo, para o movimento sindical as resistências parciais e a unificação e politização das lutas são lados da mesma moeda. Uma não se mantém sem a outra.

tem que ir, senão ficam prá trás. Elas só vão se os sindicatos empurrarem. A alternativa hoje, pessoalmente, acredito que não é a CUT, não é uma exigência do movimento operário hoje.

A CNTI

— Então, a expectativa de ganhar a CNTI ia nesse rumo?

— Claro que sim. Ela representa teoricamente 8 milhões de trabalhadores, tem uma máquina enorme. Se ela se agiliza, vale mais que alguns governos de estado, mais que 5 governos do Amazonas.

— Mas a expectativa antes das eleições era bem maior que o resultado final...

— Sim. Eu pelo menos tinha expectativa bem maior. Mas, contra essa eleição tinha a própria máquina da CNTI; segundo, o próprio governo; terceiro, não contamos com apoio da igreja...

— A Igreja? Ela não vota na CNTI...

— Só que é uma das maiores forças políticas deste país. Quem botou 500 mil pessoas na rua até hoje foi o papa. Ela tem influência nos sindicatos e por extensão nas federações. E ela tem um trabalho específico nos sindicatos, a Pastoral Operária. Poderia influir sobre os delegados à CNTI. Nós fomos nós, sem igreja, sem PT, sem PMDB. Bom, marcamos nossa proposta e ganhamos espaço a nível nacional.

— O Joaquim afirmou, depois das eleições, que as federações não representavam a vontade dos sindicatos...

— Nós vamos ter que trabalhar em cima dos sindicatos, para fazê-los pressionar as federações. Que o voto não seja de uma pessoa, mas seja discutido no conselho da federação. O que acontece é que o voto é propriedade de uma pessoa, e que nós nem sabíamos quem era. Nós nem tivemos acesso à lista dos votantes... Alguns votos de federações nós ganhamos fazendo que os sindicatos chamassem uma reunião do conselho de representantes. Não é impossível ganhar...



Congresso e greve geral

— E o congresso da categoria?

— O objetivo é discutir a crise econômica e a saída. Todo dia a imprensa, rádio, TV, dão as propostas dos banqueiros e industriais, representando seus interesses de classe. E qual a nossa proposta? Não basta que eu, ou a diretoria diga que a saída é essa. A proposta precisa ter respaldo do trabalhador, que ele sinta como proposta dele. Outro objetivo importante é a organização da categoria. Esperamos perto de mil delegados, o que não é fácil, pelo medo de desemprego, represália. É um risco. Vamos discutir reivindicações e ação sindical. E nas fábricas onde temos força vamos tentar a estabilidade para os delegados, mas é muito difícil.

— E a greve geral?

— Continuamos com a proposta; mas só acreditamos nela com organização em cada fábrica. Isso também vai ser discutido no congresso.



Encontro Estadual de Sindicalistas do PT-SP

Uma estratégia para a greve geral

"Diante da situação do país, onde vemos o aprofundamento da miséria e do desemprego, e a disposição dos trabalhadores brasileiros em lutar contra essa cruel situação, mais do que nunca se faz necessária a construção de um instrumento poderoso, capaz de unificar as forças dos trabalhadores da cidade e do campo: a CUT." (Encontro dos Sindicalistas do PT paulista).

Por Luci Ayala

O texto acima faz parte do documento aprovado no IIº Encontro Estadual de Sindicalistas do PT-SP, realizado dias 9 e 10 de abril. Avaliando que a própria realização do Conclat está ameaçada pelas manobras divisionistas dos sindicalistas ligados à ex-Unidade Sindical, o Encontro não caiu na polarização CUT ou não CUT, definindo como luta central a de realização do Conclat em 83, e o empenho em criar as condições que dêem bases para a fundação da Central Única.

A luta pelo salário-desemprego; pelo fim do decreto lei 2012 (que arrocha ainda mais os salários dos trabalhadores); a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho sem redução do salário, visando a abertura de novos postos de trabalho, são as reivindicações aprovadas para centralizar as atividades do movimento sindical e operário em sua luta contra a crise econômica e o desemprego.

O Encontro também definiu uma estratégia de atuação a ser proposta pelos militantes petistas em suas entidades e no Congresso Estadual das Classes Trabalhadoras, dia 21 a 24, em S. Paulo: as reivindicações aprovadas devem servir de bandeiras para a organização do 1º de Maio. O Congresso Estadual deve definir a realização de assembleias inter-categorias, por região ou município, prepa-

ratórias para uma Assembléia Estadual de Trabalhadores, como passos concretos de preparação da Greve Geral, forma mais eficaz dos trabalhadores arrancarem suas reivindicações aos patrões e governo.

Organização

Com a participação de mais de 160 delegados, sendo que a metade de base, eleitos nas plenárias de categoria, e os demais como delegados natos (dirigentes sindicais), o encontro contou também com a participação de dirigentes sindicais expressivos no partido, como Lula, Olívio Dutra e os parlamentares José Cicote, Expedito e Djalma Bom que, depois de muito tempo, participaram dos grupos de debates levando suas posições para a discussão dos militantes do partido.

Foram generalizadas nos grupos de debates as críticas à falta de articulação interna dos sindicalistas dentro do partido e a inoperância de sua Comissão Sindical. Mais uma vez, no entanto, não foi encaminhada uma solução definitiva para os núcleos de categoria — única forma do partido desenvolver uma intervenção orgânica no interior do movimento sindical. Chegou-se no entanto a uma solução intermediária, que sem dúvida já representa um avanço para a

organização do PT: a Comissão Sindical foi ampliada, com a eleição de 16 sindicalistas que, junto com os oito que já compõem a Comissão (onde apenas três trabalham, segundo declaração de David de Moraes) deverão organizar a vida interna do partido quanto a questão sindical. Os núcleos de categoria existentes deverão registrar-se junto a essa comissão — sem no entanto definir-se ainda, propostas para sua incorporação efetiva.

A deliberação, embora seja um avanço pois reconhece a existência dos núcleos de categoria e aponta um encaminhamento para sua articulação no interior do partido, ainda não responde à questão fundamental, qual seja a de vincular o núcleo de categoria ao diretório de base e com isso permitir aos seus integrantes participarem da vida interna do partido ao mesmo tempo em que levarem o

debate sindical para os diretórios.

Pelas suas deliberações quanto a intervenção sindical e os passos apontados para a organização interna do partido, podemos considerar que esse Encontro deu um passo a frente em relação ao ano passado. Colocando a todos os petistas a necessidade de uma boa preparação para o Encontro Nacional do partido, a ser realizado nos dias 18 e 19 de junho, também em S. Paulo. Até lá o quadro do movimento sindical a nível nacional estará mais claro e as posições do partido deverão, também, ser mais definidas.

Uma última questão a ser considerada é se, de fato, as deliberações do Encontro serão assumidas e encaminhadas pelos militantes do partido, particularmente pelas suas direções, já que não foi exatamente isso o que aconteceu com os resultados do último encontro nacional, realizado ano passado.

Servidores públicos — RS
Sindicalista dedo-duro

Em Porto Alegre 12 servidores públicos estão sendo chamados a depor na Polícia Federal e ameaçados de serem incursos na Lei de Segurança Nacional. O motivo é sua participação na greve dos servidores federais iniciada dia 2 de janeiro e que prolongou-se por duas semanas.

Os depoimentos sobre a greve iniciaram com Joel S. Rodrigues, presidente da Federação das Associações de Servidores Públicos Federais, o qual foi tão "solicito" em prestar esclarecimentos à polícia a ponto do advogado, indicado pelo PMDB para acompanhar o servidor, recusar-se a continuar acompanhando o caso.

As declarações de Joel foram acrescentadas a de seu vice-presidente, Nicola Falci, que inclusive elaborou uma "ata de assembleia", entregue à polícia federal sem, é óbvio, ter sido aprovada por nenhum plenário.

Com isso a lista dos interrogatórios na Polícia Federal foi aumentando, incluindo sindicalistas de base e até servidores estaduais, como é o caso da companheira Julieta Balestro, do Centro dos Professores do Estado e membro da Pró-CUT nacional.

Para enfrentar tal situação foi formado um comitê de apoio com entidades sindicais, partidos políticos e o comitê de luta contra a lei de segurança nacional, buscando proporcionar a defesa dos sindicalistas e articular a solidariedade, no sentido de evitar a aplicação da lei de segurança nacional.

Os depoimentos prosseguem e a lista dos chamados para interrogatórios pode ampliar-se, como forma da ditadura desmobilizar a categoria semeando o terror. Nisso, conta com um forte aliado, que é a própria direção da entidade.

(Alvaro Merlo)

PT-São Paulo

Atitudes policiais são rejeitadas.

Fazendo côro com o governo do Estado de S. Paulo e seu chefe de polícia, de que os quebra-quebras ocorridos em S. Paulo nas últimas semanas foi obra de extremistas de direita e de esquerda, os deputados federais, Airton Soares e Irma Passoni, declararam à órgãos da grande imprensa da capital paulista que o PT como um todo não estava envolvido nos acontecimentos, mas talvez sim os trotskistas infiltrados no partido.

Uma atitude que cheira policialesca, por um lado e que demonstra, no

mínimo, uma incompreensão e desrespeito pelo desespero da classe trabalhadora que explodiu pelas ruas da cidade, expondo sua miséria e exigindo soluções.

No entanto essas atitudes não tiveram eco nem estão sendo aceitas pelo partido: o diretório estadual e vários diretórios de base, bem como o Encontro de Sindicalistas, rejeitaram tal declaração e exigem, caso comprovadas, a retratação pública dos dois parlamentares.

(L.A.)

Minas/Comissão Estadual Pró-CUT

Um 1.º de Maio independente e combativo

Da Sucursal

A Comissão Estadual Pró-CUT de Minas Gerais decidiu que o 1.º de Maio será comemorado de uma maneira independente e combativa, enfrentando a luta contra o desemprego e contra o regime militar. Será um 1.º de Maio independente dos governos federal e estadual.

Este caráter foi decidido por unanimidade, apesar das colocações de alguns participantes da reunião da pró-CUT que chegaram a defender a realização do 1.º de Maio no Mineirão, onde tradicionalmente se realizam as "comemorações oficiais" patrocinadas pelo governo estadual. Esta proposta comprometia a independência do 1.º de Maio pois colocava a organização e direção do ato nas mãos do governo estadual.

Nas discussões realizadas na pró-CUT, tem se afirmado que o 1.º de Maio não pode ser visto como uma manifestação isolada da classe trabalhadora, ao contrário, o 1.º de Maio é o momento de impulsionar o processo de mobilização do conjunto dos explorados.

Assim, a data é um momento de preparação do Congresso dos Trabalhadores mineiros. Este Congresso inicialmente marcado para o dia 24 de abril, foi adiado para o dia 15 de maio em função da pequena participação na sua preparação, o que poderia comprometer a sua realização. Marcado para o dia 15 de maio, é vital uma preparação intensa, com o envolvimento de militantes sindicais e dos movimentos populares. Com este caráter, o Congresso dos Trabalhadores Mineiros deverá se transformar em um marco na luta contra o desemprego. Buscando romper a dispersão das lutas isoladas por categorias, será um local privilegiado para a discussão, concretização e definição de passos para a preparação da greve geral.

Será um local onde a busca de formas de luta contra o desemprego deverá ser feita.

A atuação do PT

A pró-CUT está convidando as entidades do movimento popular, as Associações de Bairro para participar dos preparativos do 1.º de Maio. É um passo importante, que deve ser solidificado.

O Movimento de Luta por Melhorias nos Transportes da Região Industrial (que congrega inúmeras Associações da Região Industrial de Belo Horizonte e Contagem) se fez presente, colocando a sua disposição de luta.

A importância desta união entre o movimento sindical e o movimento popular é grande, particularmente em um momento de crise como o que vivemos: a organização nos bairros, nos locais de moradia é fundamental para dotar os desempregados de uma base própria para levar adiante as suas reivindicações. E é exatamente nos bairros que tem começa-

O 1.º de Maio e a luta contra o desemprego: preparar o Congresso dos Trabalhadores mineiros

Outra proposta nesta linha foi a da realização de ASSEMBLÉIAS POR REGIÕES DE BELO HORIZONTE: uma forma de organizar a população dos bairros operários para participar das iniciativas tomadas pela pró-CUT. Foram propostas no mínimo 3 grandes assembleias: uma na região do Barreiro, outra em Venda Nova e outra na Zona Leste da cidade. do a surgir as propostas para a formação de COMITÊS DE LUTA CONTRA O DESEMPREGO.

Unir o movimento sindical ao movimento popular

Há a necessidade de um maior envolvimento dos militantes do PT no conjunto das atividades propostas na pró-CUT. Segundo vários sindicalistas ligados ao PT, que participam das atividades da pró-CUT, o maior envolvimento do conjunto dos militantes petistas que atuam nos movimentos sindicais populares resultará em um dinamismo maior, em uma capacidade de mobilização mais ampla da Comissão.

A Executiva Estadual do PT, discutindo a participação do PT n.º 1.º de Maio aprovou uma linha no sentido de participar intensamente do conjunto das atividades da pró-CUT, ao mesmo tempo em



tar tarefa central para o partido nos próximos dias a preparação para a participação no 1.º de maio, na Assembléia do dia 15 de maio e no DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA O DECRETO 2012 (marcado para o dia 18 de maio pela pró-CUT NACIONAL).

Conciliação ou mobilização?

Há o boicote aberto de algumas federações, que chegaram a participar da pró-CUT, às iniciativas unitárias. A Federação dos Metalúrgicos se retirou da Comissão.

Há também iniciativas tomadas pela Secretaria do Trabalho, do governo Tancredo que tem marcado reuniões com sindicalistas no mesmo dia das reuniões da pró-CUT buscando esvaziá-la. A Secretaria do Trabalho tem feito reuniões onde se propõe a "ouvir" os sindicalistas sem assumir nada de concreto do proposto e reivindicado pelos sindicatos. Uma demonstração disto é a negativa dada a todos os pedidos feitos pela pró-CUT de ajuda financeira e material para a preparação do 1.º de Maio.

O fundamental é garantir as iniciativas de luta, o caráter independente da mobilização dos trabalhadores, buscando ampliar a força do conjunto do movimento.

O fortalecimento das atividades da pró-CUT, é o caminho para organizar a força e a disposição de luta dos trabalhadores.

que buscará mobilizar internamente ao PT o conjunto da militância petista.

A mesma linha foi discutida e aprovada no Encontro Municipal do PT de Belo Horizonte, nos dias 16 e 17 últimos, onde o Plano de Ação aprovado coloca como

Belgo Mineira quer acabar com a semestralidade

Acabar na prática com a semestralidade: este o objetivo da Belgo-Mineira em sua ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores.

Chantageando os 600 trabalhadores de sua fábrica de Sabará com a ameaça do desemprego, a Belgo impôs a aprovação de um "acordo" onde os trabalhadores abrem mão do reajuste automático a que tem direito em troca da estabilidade por 10 meses e a concessão de "gratificações" salariais (não incorporáveis ao salário).

A Delegacia Regional do Trabalho, contestou o acordo, afirmando que pela lei os reajustes são automáticos, portanto não negociáveis.

Mas a pretensão da Belgo-Mineira é a de expandir este tipo de acordo para os 2600 operários de Contagem e os 3900 de Monlevade: ela já apresentou aos sindicatos proposta semelhante à feita em Sabará. Ou seja, também pretende retirar dos trabalhadores os reajustes automáticos a que têm direito (a data para os metalúrgicos das três cidades é a mesma: 1.º de outubro).

As alegações da empresa para esta proposta são as de que ela está perdendo base, que paga salários acima da média e que para não fazer lançar mão da rotatividade da mão de obra, tem de baixar os salários.

Os dados indicam a falsidade destas argumentações. No ano de 1982, segundo balanço publicado pela empresa, a Belgo teve um lucro líquido de Cr\$ 8,1 bilhões. Pelos dados do Instituto Brasileiro de Siderurgia, a Belgo produz a metade da produção brasileira de fio-máquina e sua trefilaria produz o dobro do seu principal concorrente.

Na verdade o problema é bem outro: a Belgo quer dar um exemplo para o país, impondo o fim dos reajustes automáticos e o rebaixamento salarial, criando um perigosíssimo precedente a ser aproveitado pelos patrões nos quatro cantos do país.

E isto já está acontecendo: a Cenibra em suas negociações com o sindicato já fala no "exemplo" da Belgo para impor o acordo que lhe interessa.

A disposição dos trabalhadores de Contagem e de Monlevade é a de não aceitar a proposta. Nas negociações que têm realizado, os sindicatos têm se recusado a aceitar o "acordo" proposto.

E a presença de 1100 trabalhadores da fábrica de Contagem na assembleia promovida pelo sindicato demonstra o ânimo dos metalúrgicos em ir à luta para barrar mais esta ofensiva patronal.

(Da Sucursal)

FMLN derrota batalhão de elite da ditadura.

Enquanto a guerrilha obtém uma importante vitória militar, Reagan rejeita a abertura de conversações e avança medidas que conduzem à intervenção militar. Em Manágua Melida Montes, uma das principais dirigentes da FMLN é assassinada por agentes contra-revolucionários.

Ernest Harsch



Comandante guerrilheiro realizando um comício em uma cidade ocupada

Numa das maiores batalhas deste ano em El Salvador, as forças guerrilheiras da FMLN infringiram uma grande derrota no batalhão Ramon Belloso. O "batalhão gringo", como é chamado por lá, foi treinado nos Estados Unidos. Em 30 de março, os combatentes da FMLN atacaram as forças do governo em San Isidro, a cem quilômetros ao norte da capital. Dezessete paramilitares foram mortos e os rebeldes ocuparam a cidade.

As unidades do "batalhão gringo" foram chamadas de suas bases para retomar a cidade, mas fracassaram. De acordo com a Rádio Venceremos, pelo menos 67 soldados do governo, foram mortos e 46 feridos. A rádio Venceremos chamou a batalha do "uma grande vitória que tivemos sobre as melhores tropas da ditadura, treinados nos EUA".

Alguns dias antes, numa entrevista para um diário mexicano, Roberto Roca, um dos líderes da FMLN dizia que um dos fatores-chave das vitórias militares dos rebeldes era que "o treinamento militar dado pelo imperialismo, por mais sofisticado que pudesse ser, não é capaz de prover o exército da fibra moral necessária para enfrentar uma guerra justa, que

crece dia a dia por causa da justiça de sua causa."

Mas essa batalha não é um evento isolado na guerra salvadorenha. Desde outubro as tropas de libertação estão em ofensiva em muitas partes do país. Gozando de crescente apoio popular, a luta da guerrilha expandiu significativamente a sua influência política e militar.

Durante os três primeiros meses deste ano, as guerrilhas infligiram 1000 baixas entre as forças da ditadura, aprisionou 450 soldados, capturou 900 fuzis e 35 peças de artilharia.

Carecendo de qualquer base popular, a ditadura continuou a se apoiar na força militar e no terror para dominar o país. Em 23 de março, a Comissão dos Direitos Humanos de San Salvador acusou o desaparecimento de 32 pessoas nos 15 dias anteriores, incluindo operários, professores, camponeses e estudantes. Disse que as forças de segurança do governo estavam implicadas pelo menos na maior parte dos casos.

Por trás deste terror está Washington. Comentando, em 20 de março, o assassinato da presidente da Comissão de Direitos Humanos Marinella Garcia Villas, um comunicado da comissão de-

clarou que "as balas que matam uma amante da paz vem dos arsenais do presidente Ronald Reagan".

As manobras de Washington

A Casa Branca está procurando aumentar a ajuda militar para a ditadura Salvadorenha para 136 milhões — cinco vezes mais do que já havia sido incluído no orçamento para 1983. O número do pessoal militar dos EUA em El Salvador subiu de 37 para 52. Além disso, a edição de 20 de março do *New York Times* lembra que "há muito mais especialistas dos serviços de inteligência e técnicos na região do que conselheiros militares... Um total exato do pessoal de inteligência em El Salvador não pode ser calculado, mas estima-se que o número superava 150".

Mas enquanto Washington aprofunda sua intervenção em El Salvador para tentar sustentar a debilitada ditadura, tem de enfrentar uma crescente oposição política em casa.

O congressista Michael Barnes, presidente do Sub-Comitê de Relações Interamericanas disse no início de março que tem recebido correspondência de todo o país. "Literalmente milhares de cartas" ele disse, "dizem que não querem o envio de nenhuma assistência a El Salvador, e talvez cinco sejam favoráveis".

A proposta da FMLN e da FDR para a abertura incondicional de negociações entre todas as forças de El Salvador também ganhou um amplo apoio internacional, inclusive dentro dos Estados Unidos.

A Casa Branca rejeitou categoricamente a idéia de tais conversações. No lugar disso, tentou diminuir o impacto das gestões diplomáticas da FMLN-FDR propondo uma negociação regional envolvendo todos os governos da América Central. Tais conversações serviriam como um fórum para a propaganda de Washington contra Cuba e Nicarágua, que acusam de intervir nos assuntos

internos de El Salvador, fornecendo armas para a FMLN.

Pressão contra Cuba e Nicarágua

De acordo com uma reportagem de 14 de março no *Washington Post*, uma radiofusão da Rádio Venceremos dois dias antes, reafirmava desafiadoramente as ligações políticas entre os rebeldes e Cuba e Nicarágua:

"Somos e continuaremos a ser amigos do povo e dos governos de Cuba e Nicarágua, e não nos envergonhamos disto. Muito pelo contrário, temos orgulho em manter relações com estes povos — bastiões da luta anti-imperialista. O governo Reagan não tem o direito de dizer para a FMLN quais devem ser nossos amigos e quais nossos inimigos".

As acusações de Washington contra Cuba e Nicarágua e sua chamada para negociações regionais são um esforço para dar alguma cobertura política para a intervenção imperialista crescente na região. Integra este esforço a tentativa de provocar uma guerra entre Nicarágua e Honduras que poderia servir como um pretexto para o envio de tropas americanas.

O apoio do governo Reagan para a realização de novas eleições em El Salvador também é uma tentativa de justificar sua crescente intervenção, dando à ditadura uma fachada democrática.

Isto também era uma jogada para tentar criar divisões no interior da FMLN e na FDR. De acordo com o *Washington Post* de 15 de março, "Um objetivo das eleições, dito privadamente por funcionários do Departamento de Estado, é uma tentativa de trazer os elementos moderados na oposição esquerdista para longe dos seus aliados marxistas-leninistas".

Esta tentativa falhou. Representantes das várias organizações da FMLN e da FDR rejeitaram a participação na força eleitoral, já que seria impossível para os apoiadores fazer campanha livremente enquanto as tropas do regime e os esquadrões da morte continuam a ter as mãos livres.

"Seríamos abatidos como carneiros", comentou um porta-voz dos rebeldes.

Uma emissão da rádio Venceremos, citando a posição oficial da FMLN-FDR, disse que as eleições apenas "procurariam esconder o genocídio" e que o seu resultado "já foi arranjado em Washington".

A FMLN-FDR propõe, em lugar disso, como solução para a guerra, "a conquista total das quatro reivindicações históricas do povo salvadorenho: uma nova ordem econômica e social, uma nova reforma agrária, um governo com uma ampla base e a reconquista da soberania".

"É para isto que nos armamos, e é para isto que estamos lutando".

Intercontinental Press, 18 de abril

Assassinada líder guerrilheira

O assassinato em Manágua, na última semana, da líder guerrilha Melida Anaya Montes deixou uma grande lacuna nas fileiras da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN). Anaya Montes, de 54 anos de idade, mais conhecida por seu nome de guerra de Comandante Ana Maria, era uma veterana e respeitada figura no movimento guerrilheiro.

Membro do alto comando da FMLN, era a comandante adjunta das Forças Populares de Libertação (FPL), a mais antiga e a segunda maior das cinco organizações da guerrilha, que ela ajudou a fundar em 1970. Ao lado do líder do FPL, o veterano comunista Cayetano Carpio ("El Marcial"), ela era uma das arquitetas da estratégia da FPL, a "guerra popular prolongada". Embora Carpio, e outros líderes mais jovens da FMLN como Joaquim Villalobos (ERP), Ana Guadalupe Martinez (ERP) e a Fernán Cienfuegos (RN), sejam mais conhecidos internacionalmente, talvez mais do que qualquer um destes líderes conhecidos internacionalmente, talvez mais do que qualquer um destes líderes Anaya Montes tivesse laços estreitos com o movimento sindical militante que dá às guerrilhas a sua base social.

Professora, Anaya foi uma figura proeminente na formação de um sindicato nacional, a Associação Nacional de Educadores de El

Salvador (ANDES) e encabeçou duas grandes greves que colocaram o sindicato no mapa político do país nos anos 60. Ela tornou-se uma liderança de primeiro plano da organização de massa da FPL, o Bloco Popular Revolucionário (BPR). Embora mais recentemente ela se dedicasse mais ao trabalho internacional, nos primeiros dias da guerra ela lutou nas unidades da FPL em El Salvador.

A morte de Anaya, em 6 de abril, provocou uma dura reação tanto na direção da FMLN como do governo da Nicarágua, que deu à comandante morta honras de chefe de Estado no seu enterro. Tanto a FMLN quanto os sandinistas acusaram a CIA do assassinato, que disseram que teve o objetivo de chamar a atenção para o apoio da Nicarágua à guerrilha salvadorenha. O ministro do interior Tomás Borge disse numa entrevista coletiva em 7 de abril que o assassinato era parte de um "plano para semear divisão entre revolucionários nicaraguenses e salvadorenhos" e que apenas assassinos treinados poderiam ter rompido a segurança da zona militar onde a casa da comandante estava situada.

O funeral, em 9 de abril, assistido por Carpio e importantes líderes sandinistas, foi a ocasião para uma pouco usual demonstração pública de solidariedade da FSLN às guerrilhas salvadorenhas.

L.A.W.R.

Última Hora

O ministro da defesa de El Salvador, general José Guilherme Garcia, renunciou no dia 18 de abril ao cargo, após uma reunião da qual participaram o secretário da justiça dos EUA, o embaixador norte-americano, o presidente de El Salvador Alfredo Magaña e o alto comando militar. Trata-se de mais um episódio da intensa luta entre os diversos setores das forças armadas, que já havia provocado em janeiro a rebelião do coronel Uchoa e agora do comandante da Força Aérea, coronel Bustillo. A oposição à Garcia tem partido da extrema direita, contrária a política "reformista" da ditadura e o general Garcia foi substituído pelo general Eugenio Vides Casanova, a ele ligado.

— Forças anti-sandinistas penetraram na província nicaraguense de Zelaya Norte, no litoral atlântico do país, onde travam violentos combates com as tropas sandinistas. A atividade das forças contra-revolucionárias cobrem agora toda a fronteira entre a Nicarágua e Honduras (províncias de Matagalpa, Jinotega, Nova Segóvia e Madriz.)

— Em El Salvador, em diversas ações militares no fim-de-semana de 16 e 17 de abril, os guerrilheiros da FMLN infligiram mais de 100 baixas as tropas governamentais, nas províncias de Morazan, La Paz e Chalatenango. Desenvolvem também intensa atividade de sabotagem a objetivos econômicos.

Nicarágua Urgente

Os Estados Unidos estão a beira de provocar um conflito entre Honduras e Nicarágua, o pretexto necessário para intervir militarmente na América Central. Esta denúncia foi formulada pela direção do governo sandinista diante da escalada dos ataques hondurenhos nos últimos dias e do apoio aberto aos dois mil contra-revolucionários somozistas que invadiram a Nicarágua.

Relatos de jornalistas norte-americanos confirmam a crescente militarização ao longo da fronteira entre Honduras e Nicarágua. E advertem, com o apoio colhido de um oficial hondurenho: "o objetivo é por abaixo o governo sandinista".

Só a mais resoluta solidariedade internacional ao povo da Nicarágua pode fazer frente à provocação militar norte-americana.

Com o apoio de Washington, as Forças Armadas de Honduras está agora tendo uma participação direta nos ataques contra a Nicarágua. Estes ataques estão sendo coordenados com a invasão da Nicarágua por dois mil contra-revolucionários apoiados pelos Estados Unidos. Assim se dá mais um passo na escalada de agressões americanas na América Central, uma escalada que ameaça gerar um novo Vietnã.

Um hondurenho envolvido no planejamento dos ataques contra a Nicarágua deu uma entrevista para o jornal *New York Times* depois de ficar convencido que a operação estava conduzindo a uma guerra entre os dois países. De acordo com um artigo publicado neste jornal no dia 3 de abril, o hondurenho declarou que a "pretensão é maior" do que a de causar embaraços ao governo sandinista. "O objetivo real", disse ele, "é derrubá-lo".

Honduras e Nicarágua, que serviria como um pretexto para uma intervenção militar norte-americana na América Central".

O correspondente do *Washington Post*, Edward Cody, descreveu por sua vez a escalada da guerra na fronteira norte da Nicarágua. "A extensão da presença militar na região de Nova Segóvia contrasta fortemente com o que eu vi em uma visita anterior em dezembro", disse Cody.

"Antes, poucas patrulhas eram vistas. Agora, jipes e caminhões carregados de tropas podem ser vistos movimentando-se permanentemente para cima e para baixo nas estradas empoeiradas.

Uma vitória pela região mostra que o Exército Sandinista também está preparando para se defender de um possível ataque em larga escala de Honduras. Baterias anti-aéreas podem ser vistas nos topos das montanhas perto de Jalapa e Cidade Sandino".

Um grosseiro embuste

Enquanto Reagan procura de toda forma apresentar os conflitos na Nicarágua como um "problema interno", como resultado de uma massificação da oposição ao governo sandinista, esta versão é repetidamente negada pelos relatos de jornalistas americanos.



Um acampamento contra-revolucionário ao norte da Nicarágua: armamentos americanos

Pelo menos sete ataques contra a Nicarágua foram praticados pelas unidades militares hondurenhas entre os dias 20 e 27 de março. O mais sério de todos ocorreu quando uma unidade hondurenha cruzou a fronteira internacional e atacou uma patrulha sandinista, ferindo um soldado.

Como assinalou uma nota de protesto sandinista, estes ataques representam "uma nova fase" na campanha orquestrada pelos Estados Unidos contra a Nicarágua. Washington, a nota explica, quer "provocar um conflito aberto entre

O repórter do *New York Times*, Stephen Kinzer, por exemplo, visitou um campo contra-revolucionário perto de Matasano, Honduras, a oito milhas ao norte da Nicarágua. "O acampamento", de acordo com Kinzer, "consiste em mais de uma dúzia de grandes barracas, perto de uma cabana de terra com caixotes fechados com a etiqueta "armamentos fabricados nos Estados Unidos. "De acordo com as indicações em inglês contida nos caixotes, eles tinham em seu interior granadas de fragmentação e bombas".



Instrução de paraquedistas hondurenhos por um instrutor norte-americano perto da fronteira com a Nicarágua.

Justamente alguns dias antes, o governo de Honduras havia publicado um comunicado oficial afirmando que "é absolutamente falso que as guerrilhas anti-sandinistas têm base em Honduras ou têm usado nosso território para lançar ataques contra o regime do país vizinho".

O envolvimento da CIA

O envolvimento da CIA em armar, financiar, treinar e ajudar a organizar o Exército contra-revolucionário em Honduras é um segredo aberto. A revista *Newsweek*, como já noticiamos, divulgou em novembro passado o envolvimento da CIA e sua reportagem foi confirmada então por oficiais norte-americanos entrevistados pelo *New York Times*.

De acordo com os repórteres Raymond Bonner e Philip Taubman, cerca de 55 soldados começaram a treinar as forças direitistas em 1981. Esse pessoal militar norte-americano não fazia parte do corpo de instrutores que trabalham com o Exército hondurenho.

"Praticamente todas as armas e equipamentos que estão sendo usados pelas forças anti-sandinistas foram fornecidos pelos Estados Unidos", afirmam Bonner e Taubman. Além de treinamento e armamentos, Washington tem fornecido diretivas estratégicas "baseadas nas informações colhidas pela Força Aérea norte-americana que efetua vôos regulares de reconhecimento ao longo da fronteira da Nicarágua com Honduras".

Por sua vez, a revista *Newsweek* divulgou a informação de que a CIA já gastou os 19 milhões de dólares originalmente previstos para apoiar os contra-revolucionários radicados em Honduras. Um gasto adicional de 11 milhões de dólares está sendo feito a partir de um fundo secreto de apoio aos contra-revolucionários.

Nova frente contra-revolucionária

Os combates ao norte da Nicarágua coincidem com a divulgação da notícia de que o renegado Eden Pastora já está na Nicarágua, organizando uma nova frente de combate ao governo sandinista. Comandante do braço armado da ARDE - Aliança Democrática Revolucionária - Eden Pastora, é uma peça chave nos planos contra-revolucionários. Todo o esforço dos EUA consiste no momento em estabelecer uma aliança entre a FDN (composta de somozistas) e a ARDE.

Além da agressão armada, os sandinistas têm que se confrontar com a escalada do boicote econômico americano. Nos últimos dias, um banqueiro norte-americano recusou um financiamento previsto para as exportações nicaraguenses sob o argumento de que o governo sandinista será derrubado em breve. Os Estados Unidos preparam uma redução

drástica da importação de açúcar nicaraguense.

A força da revolução

"Nós devemos lembrar que quando a invasão da Baía dos Porcos ocorreu em Cuba, surgiram de todo lado estórias dando conta que a revolução cubana havia sido derrotada", afirmou Daniel Ortega em uma conferência em Manágua no dia 26 passado. Até agora não se confirmou a notícia de que os somozistas tenham tido sucesso na tomada de alguma cidade ou mesmo no controle de zonas ao longo da fronteira.

"Os bandos rebeldes parecem atrair um apoio popular mínimo", afirmou Alan Riding do jornal *New York Times*. "Um contagiante entusiasmo diante da revolução sandinista aparece diante do visitante", afirma, por sua vez Edward Cody, do *Washington Post*.

Associação Cultural José Martí

Complementando notícia de nossa última edição sobre a Associação Cultural José Martí, fundada em São Paulo há cerca de um ano e que agora acaba de eleger sua segunda diretoria, informamos o endereço da sede da Associação: RUA AUGUSTA 719, SÃO PAULO, CEP 01305, SP.

RGS

Fundado Comitê de Solidariedade à Revolução Centro Americana

Na terça-feira, dia 29 de março, mais de trinta entidades sindicais, de direitos humanos e partidos políticos reunidos na Assembleia Legislativa fundaram o Comitê de Solidariedade aos Povos da América Central. Participaram do ato uma representante do governo sandinista no Brasil e companheiros do CBS de São Paulo. Na oportunidade foi feito um relatório das ações militares do imperialismo americano contra a revolução na América Central e discutida a importância de se constituírem núcleos de solidariedade à revolução nas principais capitais brasileiras. Segundo a avaliação da representante nicaraguense, os dois pólos mais importantes sob o ponto de vista da capacidade de pressão contra os propósitos intervencionistas do imperialismo são os EUA e o Brasil. Ou seja, nestes dois países a articulação e organização da solidariedade tem um peso decisivo para barrar a intervenção americana. Na próxima sexta-feira, dia 8 de abril, o Comitê realiza sua primeira reunião de trabalho na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

A face feminina da crise

Quem lê as notícias da grande imprensa fica com a impressão de que a abosoluta maioria, senão a unanimidade dos personagens da atual crise brasileira são homens. Afinal, são os desempregados, os trabalhadores, os sindicalistas e os manifestantes. Vinte e sete por cento dos trabalhadores brasileiros são mulheres. Elas são um terço da mão de obra industrial em São Paulo (1980). Ou eram? Afinal, há desempregadas?

Por Marília Carvalho

A situação de desemprego das mulheres é tão "oculta" que nem há estatísticas a respeito. Quem pesquisa o desemprego não anota o sexo do desempregado.

De acordo com a interpretação clássica, as mulheres seriam as primeiras a serem demitidas num momento de crise como este. Os patrões levariam em conta que é mais fácil esconder o desemprego feminino, uma vez que a mulher se consideraria antes de tudo dona-de-casa e mãe e que seu salário é apenas complementar ao de seu marido. Eles não levam em conta que várias das mulheres que trabalham fora sustentam sozinhas suas famílias.

Além disso, as mulheres seriam menos qualificadas, sendo mais fácil de serem substituídas. Os patrões não contam é que costumam anotar na carteira funções desqualificadas simplesmente para pagar salários ainda mais baixos para a mulher quando na verdade ela exerce um cargo especializado. Prova disso é que, em 1975, 27% das mulheres com ginásial e ou colegial completo, de São Paulo, ganhavam até dois salários mínimos, enquanto apenas 9,5% dos homens se encontravam nesta situação.

Finalmente, os patrões afirmam que as mulheres são trabalhadoras mais caras devido aos direitos trabalhistas que a CLT lhes garante. Essa é uma longa discussão, que passa por saber se a CLT realmente garante direitos a alguém. Mas vale lembrar aqui que, no dia 18 de março passado foi aprovado um projeto de lei na Câmara Federal, que amplia os direitos da mulher gestante e nutriz. Nas discussões deste projeto, uma das preocupações dos deputados, inclusive da petista Bete Mendes, era se esta ampliação não dificultaria mais ainda a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Ora, nem a companheira Bete foi capaz de lembrar uma luta que tem cada vez ganhado mais corpo no movimento sindical: a extensão dos direitos também ao homem, entendendo que, se há maternidade, há também paternidade. Este foi o caso dos professores da PUC-São Paulo, que conquistaram no ano passado, uma semana de licença-paternidade e agora, também os professores de um cursinho de Campinas, cujo sindicato pretende estender o acordo a toda a categoria.

Desemprego e superexploração

Porém, não podemos afirmar tranquilamente que as mulheres estão sendo expulsas do mercado de trabalho. Há profissões onde as mulheres certamente estão sendo substituídas por homens (emprego doméstico, por exemplo). E, mesmo na indústria, há setores onde elas provavelmente não estão sendo substituídas. É o caso das indústrias elétricas e eletrônicas, coração do "milagre brasileiro" (e agora, da crise). Neste setores, a participação feminina cresceu de 2,7% em 1970 para 7,5% do total de mulheres trabalhadoras em 1976 (RAIS).

O aumento da participação feminina nestes setores está ligado à introdução de uma tecnologia que exige movimentos rápidos e precisos, aprendidos pelas mulheres na sua educação tradicional

(fazer tricô, bordado, docinhos...) e a uma série de mecanismos de superexploração: maior controle sobre a disciplina na fábrica e sobre a produção, maiores exigências e, principalmente, salários muito mais baixos.

Uma pequena demonstração: mais de dois terços das mulheres que trabalham fora, têm uma jornada de mais de 40 horas semanais (isso sem contar o trabalho doméstico-censo de 80). Pior: enquanto a proporção de homens que trabalham sem carteira assinada chega a 23%, no caso das mulheres chega a 37%!

Isso parece indicar que épocas como a nossa, de salários baixos e de crescimento do subemprego podem aumentar o emprego das mulheres nestas condições piores.

Salário de homem e salário de mulher

A superexploração, no entanto, fica ainda mais evidente quando falamos de salários. A média do salário feminino na indústria no Brasil é 60% mais baixa que a média masculina. Se pensamos que os homens já recebem uma miséria...

Muita gente se espantou com os argumentos utilizados por um deputado do PMDB (Paulo Mincarone) para justificar seu projeto de salário-desemprego recentemente aprovado na Câmara Federal. Para calcular quanto seria necessário para pagar os salários-desemprego em um ano, o deputado dava como base o valor médio de Cr\$ 64.000 para os homens e Cr\$ 39.000 para as mulheres. Mas não foi ele quem inventou essas cifras. Segundo seu projeto, o valor do seguro-desemprego será igual a 70% do salário anteriormente recebido pelo trabalhador. Portanto, será, em média, 60% menor para as mulheres do que para os homens... Isso, se o senado aprovar.

Ainda sobre os últimos projetos salariais, pouca gente notou que 75% das mulheres que trabalham fora estão na faixa de até 3 salários mínimos, a faixa mais atingida pelas mudanças propostas no famigerado decreto-lei 2.012.

Quem ganha com a divisão

Mas, apesar de tudo isso, a imprensa já começa a falar na necessidade das mulheres voltarem ao lar. Elas estariam tomando os lugares masculinos no mercado de trabalho já tão restrito. É muito importante que o movimento sindical esteja atento a estas embromações e faça sua a reivindicação das mulheres de direito ao trabalho. Porque os únicos a ganhar com esta competição entre homens e mulheres são os patrões.

Um passeio pelas filas do SINE (Sistema Nacional de Emprego, do Ministério do Trabalho) mostra claramente isso. Muita gente é recusada em empregos por motivos inteiramente absurdos: "muito gorda para a função", "parece ter traços efeminados", "ultrapassa o limite de idade". (Folha de São Paulo, 15/01/83). Mulher casada, então nem se fala, principalmente com filhos. Isso quando aceita mulher. E tem



Fumageiras de Belo Horizonte, em greve. 1979

critérios de beleza, cor, experiência anterior, nível escolar.

Nestas horas, fica muito claro quem é que inventou o preconceito racial, contra os homossexuais e a discriminação das mulheres. Fica claro a quem estes preconceitos servem. É preciso que a classe trabalhadora saiba reconhecer isso e se recuse a compactuar e reproduzir as discriminações. Isso não significa esconder

as diferenças, esquecer as reivindicações específicas das mulheres e de cada setor. Homens, mulheres, brancos, negros, homossexuais, jovens e velhos, todos temos um inimigo comum e buscamos nossa unidade contra ele. Mas somos diferentes, somos explorados de formas diferentes, temos papéis sociais diferentes. E nossa unidade só será sólida se a construirmos a partir do respeito ao que há de específico na luta de cada um.

Patifaria machista

O projeto PAT-família, a ser instituído pelo governo federal com os fundos do FINSOCIAL para fornecer alimentos mais baratos aos trabalhadores já foi classificado por este jornal como PAT-Faria. Porém, os salafrários ainda por cima são machistas: prometem o carnê para retirar os alimentos a "todo trabalhador casado que receba até dois salários mínimos". Os pais e principalmente (porque muitíssimo mais numerosas) as mães solteiras continuarão comendo m...

Um pouco da nossa história, tão esquecida dos livros

As mulheres e o trabalho

Recortes do EM TEMPO desde o número zero, com tudo que já publicamos sobre o trabalho feminino, nas fábricas, bancos, escolas e em casa. Os Congressos da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e São Paulo, da Mulher Química de São Paulo, da Bancária de Porto Alegre. As experiências de organização das estudantes. O movimento de creches. E muito mais.

Um caderno dedicado a todas as mulheres que ousaram se transformar em notícia.

Dia primeiro de maio em todas as sucursais do EM TEMPO
Cr\$ 300,00

O negro e o desemprego

Se você é negro, gordo, mulher casada ou homossexual, cuidado!...

Por Flávio Jorge

O Sistema Nacional de Emprego (SINE), do Ministério do Trabalho, em matéria publicada na **Folha de S. Paulo** de 15/04/83, declarou estar encontrando barreiras para colocar desempregados nas empresas que oferecem vagas.

Se o candidato é negro, gordo, mulher casada ou homossexual, por mais eficiente que seja, é um sério candidato a continuar sendo um desempregado.

Destaca ainda ser o preconceito de cor um dos principais obstáculos encontrados: "não adianta a gente mandar um candidato negro a empresa que não quer negros, porque ele será fatalmente recusado".

O absurdo é que isso ocorre em um momento que, segundo o DIEESE, atingimos o número de 774 mil desempregados, que se somam a uma população subempregada de cerca de 1 milhão e meio de pessoas. Situação essa, provocada por uma crise econômica nacional a que o governo federal responde com a fórmula de sempre: os trabalhadores da cidade e do campo devem arcar com o ônus da crise e, tome FMI, decreto 2012, o desemprego, etc.

Mas essas medidas podem aprofundar ainda mais a crise, pois fatalmente levarão a uma situação de aguda agitação social. Os recentes saques e quebra-quebras em



São Paulo, são um sinal do que vem por aí.

Frente a essas ações provocadas por uma situação de desespero, governadores, partidos políticos e sindicatos se apressaram a propor medidas para o enfrentamento desse grave problema.

O movimento operário e popular também começa a sair da sonolência em que se encontrava e através de concentrações e manifestações, demonstra que vai resistir ao arrocho salarial e ao desemprego.

Importante também é a necessidade sentida pelo Partido dos Trabalhadores de centralizar essas lutas, dando-lhes uma direção política, preparando um plano de ação a ser impulsionado pela Comissão Nacional Pró-CUT, no sentido de dar condições a deflagração de uma greve geral pelo atendimento as reivindicações que tem como centro a revogação do decreto-lei nº 2012, salário-desemprego pago pelos patrões e o governo, redução da jornada de trabalho sem redução salarial e estabilidade no emprego.

Frente às declarações do SINE, importantes por se tratar do reconhecimento por parte de um organismo do próprio governo do racismo existente em nosso país, que é também uma das causas do desemprego como sempre afirmou o movimento negro brasileiro, nós negros propomos aos partidos e sindicatos que uma nova proposta se junte ao elenco das já apresentadas: **QUE PRECONCEITOS RACIAIS, FÍSICOS, ETÁRIOS OU DE SEXO NÃO SIRVAM COMO BARREIRA PARA O ACESSO A EMPREGOS.**

Chamamos ainda as entidades e grupos negros a retomarem uma de nossas principais bandeiras de luta — **CONTRA O DESEMPREGO** — e a se juntarem a todos aqueles que hoje se mobilizam para o enfrentamento da questão.

Dos 774 mil desempregados apresentados pelo DIEESE em São Paulo, grande parte é constituída de negros, pois somos um dos setores que mais sofrem com as péssimas condições de vida e trabalho a que é submetida a maioria da população brasileira, vítima que somos de uma política econômica que deixa cada vez mais a mostra sua falência.

CULTURA

"Prá Frente Brasil"

Um filme tímido e superficial

Por José Carlos Conceição

Há mais de um ano a polêmica começou, e permanece. Muito se tem dito, escrito, discutido a respeito de **PRÁ FRENTE BRASIL** de Roberto Farias. E esta discussão começou em meados de março de 82 quando o filme era favorito para o Festival de Cinema de Gramado e tido como um "audacioso trabalho de contestação e crítica ao regime militar". Logo após sua vitória em Gramado, o filme foi proibido pela censura e a polêmica cresceu. Mas muita coisa aconteceu, um ano se passou, e o filme chega às telas comerciais. E é hora de se avaliar toda a expectativa que se tinha e o que significa realmente **PRÁ FRENTE BRASIL**.

Toda a expectativa em torno do filme tinha sua razão de ser. Por um lado, vivíamos um ano muito marcante. Basta olhar as eleições de 15 de novembro. Enquanto falava da democracia como "conquista do povo e do governo", as eleições eram espelho disso (sic), a ditadura mantinha-se firme com seu aparato repressivo intacto e proibia o filme sob a alegação de que prejudicaria o processo democrático. Por outro lado, um filme, o cinema em geral, independente da vontade do diretor, é um registro histórico dos mais valiosos, seja pelo registro de época, seja pela própria forma de expressão cultural de um povo em determinado momento histórico. E **PRÁ FRENTE**

BRASIL tem o privilégio de apanhar uma época das menos discutidas e esclarecidas, o Brasil dos 70, isto é, auge da repressão militar desta ditadura e do "milagre econômico". E toda a necessidade que se tem de conhecer realmente este período justifica a expectativa em torno do filme.

O articulista assistiu o filme duas vezes. A primeira, uma sessão especial antes da proibição, foi palco de um fato extremamente significativo em termos de compreensão do filme. Quando o chefe do grupo paramilitar é morto durante o tiroteio, o público não se conteve e aplaudiu de forma delirante. Toda a cena era própria de um filme policial e a morte do torturador era o "lavar a alma" dos guerrilheiros, fazendo com que a situação ficasse resolvida. Torturou, matou, teve o fim que mereceu. A técnica do filme policial na verdade é empregada em todo o filme e se constitui na saída que Roberto Farias encontrou para suprir as debilidades da obra. Costa Gavras utiliza esta técnica, mas dá um tratamento político diferente do que Farias dá ao momento histórico tratado e é por aí que começam a aparecer as debilidades do filme.

Tentar sintetizar **PRÁ FRENTE BRASIL** em uma palavra, a opção seria: superficial. Começa no tratamento da tortura e os torturadores. De fato, havia grupos paramilitares agindo livremente e subsidiados pela burguesia, mas o grosso

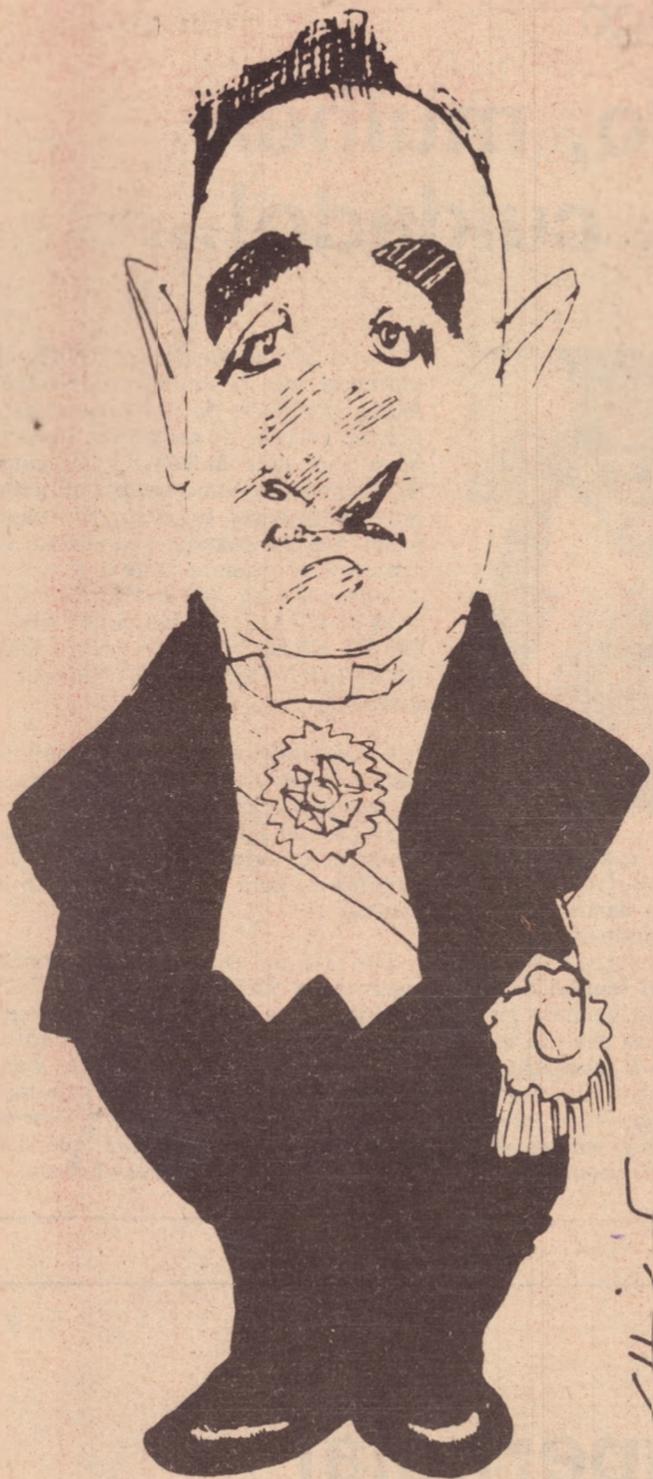
da repressão e da tortura era feito pelas Forças Armadas, dando-se inclusive nos próprios quartéis. Os grupos paramilitares só florescem quando o estado é frágil na repressão. El Salvador é o exemplo; Brasil nos anos 70 era o contrário. O estado era extremamente organizado e forte e era, sem meio-termo, responsável direto pela tortura. E o filme não diz isso. Pelo contrário, dá a entender que era uma luta entre extremistas de direita e de esquerda, com os militares não podendo controlar direito, apesar de um "apoio" à direita. E o filme é tímido quando faz isso, pois fica apenas no plano da polícia civil dando cobertura. No trato da esquerda, há um lamentável equívoco político. São ridículos os personagens terroristas. A caracterização das organizações de esquerda é de um grupo de estudantes, guerrilheiros, minúsculos e totalmente isolados do resto da sociedade. Não vamos "limpar a barra" da esquerda. Não sejamos maniqueístas. Houve erros profundos de avaliação da conjuntura e da tática a ser empregada e isto levou a esquerda a um isolamento e à derrota. Sua base era principalmente o público universitário. É ponto final. Em 68, havia um real movimento de massas que deu origem a muitos militantes e organizações. As pessoas não faziam guerrilha por amor e sim, por razões políticas. Tampouco tentavam manter uma organização com dois

ou três militantes e, muito menos, capazes (este é o termo) de manter aquele tipo de diálogo sem um mínimo de argumentação e de elaboração. Ou seja, eram praticamente antagônicas ao mostrado no filme.

O filme também não é só isso. Não foi de graça que a ditadura assumiu o ônus da sua proibição. O peso da denúncia da tortura em um ano como o passado, de Copa e eleições, seria muito grande. Vale a denúncia e o espaço que fecha a medidas mais repressivas e de violência oficial. A trajetória dos personagens de Antônio Fagundes e Natália do Valle que começa com o medo e a omissão, passando pela sua conscientização e os colocando numa situação ativa é muito interessante. Abre espaço para um questionamento sobre o papel de cada um em um momento histórico.

Em outras palavras, o filme frustra as expectativas em torno do espaço que poderia ocupar. Suas debilidades no trato e compreensão do momento focalizado são enormes. O texto colocado no início e no fim do filme oficializando-o como uma obra de ficção e de um tempo que já passou tem o claro sentido de tornar **PRÁ FRENTE BRASIL** mais leve, menos agressivo.

Não são erros técnicos mas sim esta compreensão política que determina a característica do filme: tímido e superficial.



Getúlio

“Pai” dos pobres, mãe dos ricos!

19 de abril de 1983: 100 anos do nascimento de Getúlio Vargas. Uma análise do que foi o getulismo na formação do capitalismo brasileiro e suas influências no desenvolvimento da classe trabalhadora.

O Brasil era, em 1930, quando Getúlio Vargas encabeçou o golpe de estado que marcou o fim da República Velha, um país essencialmente agrícola, uma federação dominada por oligarquias regionais ligadas diretamente ao imperialismo. Mais de três décadas depois, quando o golpe de 1964 encerrava este período da história nacional, o Brasil tinha se transformado num país econômico e politicamente integrado, sob a hegemonia da burguesia industrial monopolista, associada ao imperialismo. E durante este período, que corresponde a transição para o capitalismo industrial no Brasil e a ascensão e crise do populismo no país, a figura de Getúlio Vargas sobressai-se como o fio condutor que nos permite compreender a história desta época.

Getúlio já era um importante político na velha ordem oligárquica anterior a 1930. Assume o poder na liderança do movimento golpista integrado por um amplo leque de forças políticas (dos tenentes, rebeldes pequeno-burgueses, à dissidências configuradas por algumas oligarquias regionais). Opera no vazio de poder deixado pela crise que golpeou o domínio da oligarquia cafeeira paulista manobrando com as forças que sustentaram o golpe após 1932, com os que foram derrotados. Vargas coopta o movimento nacionalista pequeno-burguês e modela-o a seus interesses.

Algumas análises sobre o período enfatizam que na situação de “crise

de hegemonia” aberta em 1930 a forma de dominação burguesa adquire um caráter bonapartista peculiar. Golpeia em 1935 o movimento operário e popular (a proposta de frente popular do Partido Comunista configurada na Aliança Nacional Libertadora) e em 1937 a direita integralista. A ditadura militar do Estado Novo realiza uma boa parte do programa modernizador dos tenentes e do nacionalismo do período anterior: a centralização do aparelho do estado federal, a integração física e econômica do país, o início da integração das classes dominantes (particularmente dos diferentes setores da burguesia), o apoio do estado a um ambicioso programa de industrialização nacional autônoma. É neste processo que a burguesia industrial brasileira se consolida como a classe consciente de seus interesses e organizada nacionalmente.

Se o colapso da antiga divisão internacional do trabalho e a desarticulação do mercado mundial (no período que vai de 1930 a 1945) caracteriza-se pela crise generalizada do imperialismo pela existência de um maior espaço de manobra para os países dependentes, com o fim da guerra e o estabelecimento da hegemonia absoluta do imperialismo americano na economia e no sistema de dominação mundial este espaço se fecha. É notório o envolvimento da embaixada americana no golpe que derrubou Vargas do poder em 1945 e o restabelecimento

dos vínculos com a economia americana no governo Dutra.

Mas o hábil político que era Vargas desde vários anos vinha tomando as medidas para reforçar sua posição de forma que a derrota de 1945 fosse apenas temporária. A grande derrota do movimento operário em 1935 tinha permitido a Vargas destruir o movimento sindical independente e atrelar os sindicatos ao aparelho de estado. A CLT representa a montagem, em 1943, de uma poderosa máquina sindical burguesa, instrumento para o enquadramento e manipulação paternalista das massas trabalhadoras, amorfas e politicamente desorganizadas após o declínio do anarquismo e o avançar da industrialização nos anos 30. A política do Partido Comunista, de aliança com a burguesia nacional, apenas reforça a relação paternalista dos partidos burgueses com o movimento operário.

É o aparelho do ministério do Trabalho — ao lado dos inventores do governo federal nos estados, com a teia de alianças com os grupos dominantes locais e os laços de clientelismo que criam — que fornece as bases para a organização de um amplo movimento nacionalista burguês (podemos até dizer típico, como o foram os criados por Perón na Argentina, Cárdenas no México, Gandhi na Índia e Sukarno na Indonésia). A peculiaridade do getulismo foi ter se desdobrado em dois partidos, um “dos trabalhadores” e outro das elites, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrata (PSD), tendo na pessoa de Getúlio seu elo de ligação.

É a sagacidade de Vargas, o mais importante dirigente da burguesia brasileira, que permitiu a sua volta ao poder após ter sido derrubado por uma coalizão de forças que abarcava setores das velhas oligarquias, da burguesia e o imperialismo americano. Face a manutenção da luta com estes setores (agrupados na UDN), Getúlio teve que radicalizar seu discurso nacionalista e prezar mais, em seu discurso e em algumas concessões ao movimento operário, a manutenção de seus vínculos com as massas. A agudização deste processo atingiu seu ponto culminante em 1954 e, sendo certo um novo golpe militar, Vargas suicida-se.

Os dez anos que separam a sua morte de 1964 caracterizam-se, do ponto de vista econômico, pelo aprofundamento da industrialização do país (Plano de Metas de Juscelino Kubitschek), pelo reenquadramento da economia brasileira pelo imperialismo americano e pela gradativa associação da burguesia industrial brasileira ao imperialismo. Politicamente o getulismo, tendo que enfrentar esta nova situação, que também é marcada pelo fortalecimento social da classe operária e pela radicalização do movimento de massas, divide-se e seu setor mais ligado ao movimento de massas, o PTB, tem também que radicalizar o seu discurso, até o confronto e a derrota final em 1964.

Surgimento do PT é rechaço ao getulismo

Getúlio Vargas e sua obra política estão sendo, neste momento, reavivadas pelas comemorações do centenário de seu nascimento, providas por setores da sociedade brasileira.

PMDB, PDT, PTB — e também alguns políticos do PDS — disputam a legitimidade de serem os seguidores da doutrina e herdeiros da obra política getulista. E o fazem reforçando o MITO de Getúlio Vargas como “pai dos pobres” e “benfeitor da classe trabalhadora brasileira” distorcendo e escamoteando o significado histórico real da obra política deste brasileiro.

Getúlio Vargas é lembrado apenas como o estadista que concedeu aos trabalhadores direitos e favores, expressas numa farta legislação produzida após 1930 e reunida na CLT em 1943.

O que os políticos que se pretendem seguidores de Vargas não dizem, e não têm interesse em dizer, é que os direitos adquiridos pelos trabalhadores durante o governo de Getúlio Vargas não foram favorecidos por este, mas conquista resultantes de lutas da classe trabalhadora desencadeadas desde o século passado. Antes de Vargas, os trabalhadores de alguns setores já tinham obtido algumas conquistas, como a regulamentação do trabalho do menor (Decreto N.º 13 de 17.01.1891) que, embora

Trechos da nota oficial lançada pelo PT gaúcho a propósito das comemorações do centenário do nascimento de Getúlio Vargas.

publicado no Diário Oficial, não entrou em vigor senão muito mais tarde; férias remuneradas por 15 dias para os trabalhadores nos serviços de abastecimento de água do RJ (1889), logo estendido aos ferroviários da EFCB (Decreto N.º 221 de 26.02.1890); lei de amparo às vítimas de acidentes de trabalho (Lei N.º 3724, de 15.02.1919); reconhecimento do direito de associação (Decreto N.º 1637 de 05.02.1907), jornada de trabalho de oito horas para algumas categorias, obtida depois de uma greve de diversas categorias em São Paulo e Rio de Janeiro, em 1906.

Não dizem também os políticos que se pretendem seguidores de Vargas que, ao mesmo tempo que os trabalhadores conquistavam alguns direitos longamente reivindicados, **perdiam**, por efeito da mesma legislação produzida pelo governo getulista, algumas de suas mais preciosas conquistas e tradições, **como o direito à liberdade e autonomia de associação**.

Os sindicatos passaram a se organizar segundo um estatuto pa-

drão imposto pelo Ministério do Trabalho, a quem cabia autorizar seu funcionamento. Ao Ministério do Trabalho, foi reservado o direito de intervir nos sindicatos, destituindo diretorias, fiscalizar eleições e a utilização dos recursos arrecadados através do imposto sindical (Decreto-lei N.º 2.377 de 08.07.1940), transformado em contribuição sindical (Decreto-lei N.º 27 de 14.11.1966), entre outras prerrogativas.

O sindicato foi definido como “órgão de defesa e colaboração dos fatores capital e trabalho com o poder público”, priorizando-se sua função assistencial em detrimento da função reivindicatória.

O movimento de 1964 não encontrou na CLT um obstáculo legal à seus propósitos de favorecer unicamente os interesses capitalistas.

A CLT, elaborada em 1943 durante o 1.º Governo de Vargas, contém todos os princípios, normas, dispositivos que garantiram aos golpistas de 1964 manter a exploração dos trabalhadores e desencadear a repressão sobre suas organizações.

Os donos do poder pós-64 só

fizeram aperfeiçoar os mecanismos de exploração sobre a classe trabalhadora, já contidos na CLT, filha legítima da política getulista.

O paternalismo que caracterizou a ação política de Vargas (dando com uma mão e tirando com outra) o controle exercido sobre os trabalhadores (através da tutela dos sindicatos pelo Estado e também da repressão, quando assim julgado necessário) a manipulação dos trabalhadores levando-os a acreditar que poderiam ter seus interesses particulares concretizados através de uma política de colaboração entre as classes e o Estado, impediu a classe trabalhadora de alcançar sua maioria política, sua auto-determinação enquanto classe, com a figuração clara de seus específicos interesses e a identificação precisa dos interesses econômicos, sociais e políticos que se contrapõem aos seus.

Os partidos tradicionais existentes hoje (PTB, PDS, PDT e PMDB), tem suas raízes nos dois partidos criados por Getúlio o PSD e o PTB.

O surgimento de um partido feito pelos trabalhadores como o PT, é hoje, uma resposta a esses partidos que sempre existiram em nosso país e se utilizaram dos trabalhadores para manterem o sistema e darem validade ao regime de exploração que vem sendo historicamente imposto a maioria do povo.